

Relatório de Gestão 2015





Índice

1 – Introdução	3
2 – Breve caracterização da autarquia	4
2.1 - A estrutura orgânica	4
2.2 – A Constituição dos Órgãos do Município	6
3 – Recursos humanos	7
3.1 – Emprego	7
3.2 – Mobilidade	12
3.2.1 – Admissões e saídas	12
3.2.2 – Recrutamento	12
3.2.3 – Alterações de posicionamento remuneratório	12
3.2.4 – Absentismo	12
3.3 – Horas extraordinárias	13
3.4 – Evolução das Receitas Próprias e Despesas com Pessoal 2010 – 2015	14
4 – Execução das Opções do Plano (GOP)	16
5 – Execução orçamental	27
5.1 – Modificações ao Orçamento	27
5.2 – Equilíbrio orçamental	28
5.3 – Execução orçamental da receita	28
5.4 – Execução orçamental da despesa	34
5.5 – Saldo para a gerência seguinte	40
5.5 – Indicadores de gestão	41
6 – Investimento	43
6.1 – Estrutura do investimento	43
6.2 – Evolução do investimento	45
7 – Apoios comunitários	46
8 – Empréstimos	47
9 – Dívida total	48
10 – Balanço	49
11 – Demonstração de Resultados	50
12 – Proposta para aplicação do Resultado Líquido do Exercício	51



1 – Introdução

De acordo com o estabelecido no Anexo I das Instruções n.º 1/2001, II Série, emitidas pelo Tribunal de Contas através da Resolução n.º 94/2001, II Série, publicado no D.R. n.º 191, II Série, de 18 de agosto, e de forma a realizar o estabelecido no ponto 13 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações entretanto introduzidas) com o objetivo de dar a conhecer as ações governativas da Câmara Municipal de Alter do Chão, é elaborado o presente relatório, complementar aos documentos da Prestação de Contas.

Este documento pretende assim analisar a atividade da Câmara Municipal do ponto de vista financeiro, técnico e contabilístico no ano 2015.

Inicia-se com uma breve caracterização da autarquia em termos de estrutura organizativa, seguida de uma análise ao nível dos recursos humanos, apresentando-se o número de trabalhadores, as diferentes carreiras existentes, a antiguidade dos trabalhadores, as habilitações académicas, entre outros dados de interesse relevante.

O Relatório de Gestão apresenta a sua informação dividida em quatro áreas essenciais de análise, nomeadamente a análise da execução das Grandes Opções do Plano, que por sua vez se dividem no Plano Plurianual de Atividades e as Atividades Mais Relevantes, a análise da execução orçamental, a evolução do endividamento municipal e a situação económico financeira da autarquia.

Por último, apresenta-se uma proposta para aplicação do resultado líquido do exercício.



2 – Breve caracterização da autarquia

2.1 – A estrutura orgânica

A estrutura orgânica dos serviços e quadro de pessoal da Câmara Municipal, encontra-se publicada em Diário da República, II Série, através da Deliberação n.º 56/2013, do Despacho n.º 665/2013 e do Despacho n.º 666/2013 todos de 10 de janeiro de 2013 e da Deliberação n.º 130/2013, de 17 de janeiro. A afetação dos trabalhadores encontra-se publicada em Diário da República, II Série, através do Despacho n.º 2156/2013, de 5 de fevereiro de 2013.

A estrutura organizacional da Câmara Municipal está dividida em quatro unidades:

- 1 – Unidades de apoio político, operativo e técnico;
- 2 – Unidades instrumentais;
- 3 – Unidades operativas;
- 4 – Unidades operativas não integradas em divisões.

Assim, na primeira unidade orgânica englobam-se:

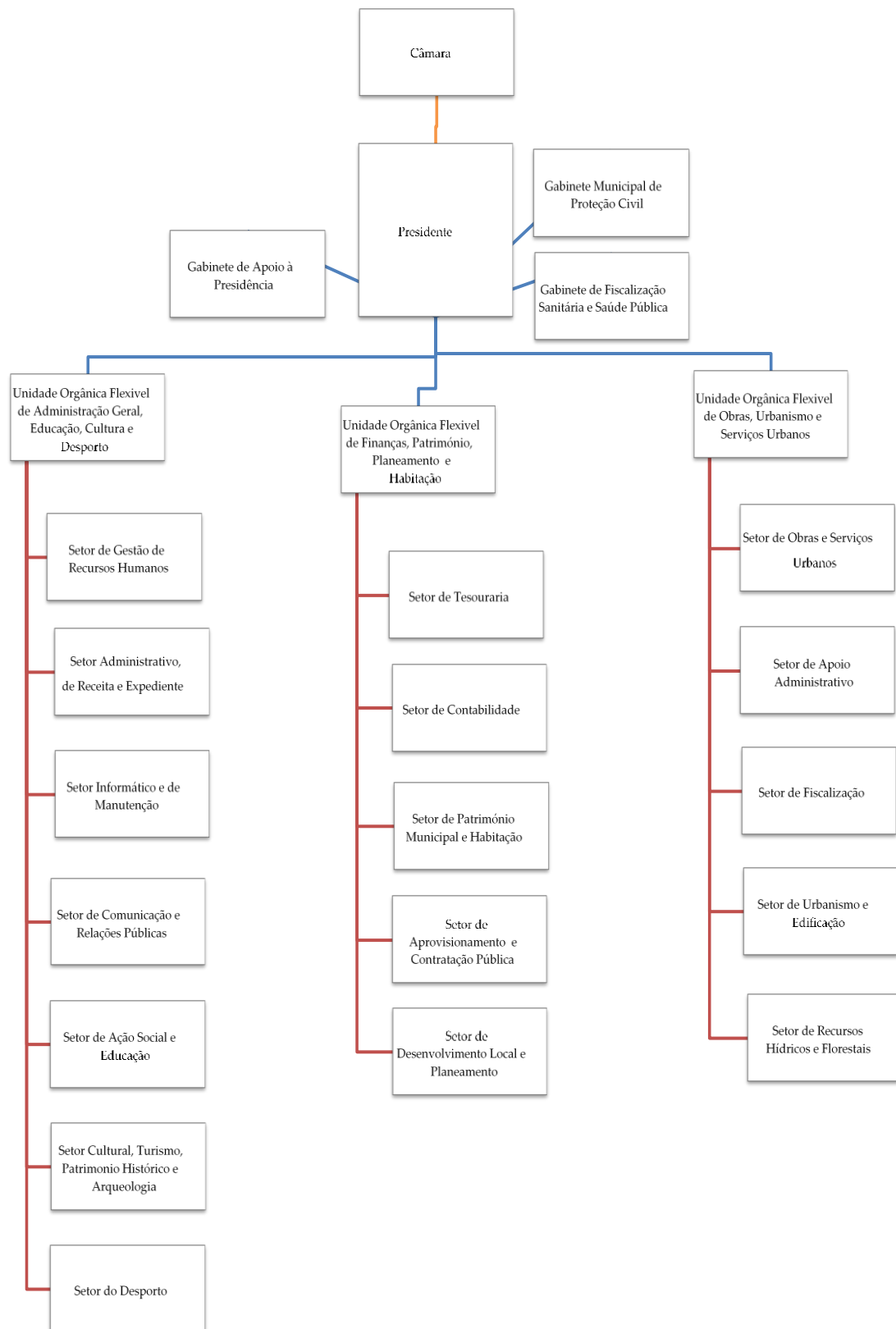
- a) Gabinete de Apoio à Presidência;
- b) Gabinete Municipal de Proteção Civil;
- c) Gabinete de Fiscalização Sanitária e Saúde Pública;

As unidades instrumentais são duas:

- a) Unidade Orgânica Flexível de Administração Geral, Educação, Cultura e Desporto;
- b) Unidade Orgânica Flexível de Finanças, Património e Planeamento e Habitação.

A unidade operativa é:

- a) Unidade Orgânica Flexível de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos.



2.2 – Constituição dos Órgãos do Município

Assembleia Municipal

Nome	Cargo
António Hemetério Airoso Cruz	Presidente Assembleia
Francisco João Velez Roxo	Membro
António João Minhós Palmeiro	Membro
João Manuel Carita Pista	Membro
José António da Silva Ferreira	Membro
Rute Sofia Acates Pires	2ª Secretária
Célia Maria Sousa da Conceição B. Silva Lopes	Membro
José Augusto Calado Mendes de Oliveira	1º Secretário
Tânia Maria Barradas Lopes Falcão	Membro
João Manuel Laureano Martins a)	Membro
António Apolinário Antunes da Cruz b)	Membro
Marco António Grazina Sequeira Calado	Membro
Isabel Cristina A.A. de Moura B. de Carvalho	Membro
Pedro Gonçalo Russo Carola	Membro
Júlio Francisco Aragonez Beja Contente	Membro
Vasco José Freitas Martins da Cruz	Membro
Luís Filipe Cardoso Cané	Presidente da Junta de Freguesia de Alter do Chão
Maria Susette Belo V. Antunes	Presidente da Junta de Freguesia de Chancelaria
Francisco Gaio Pitacas	Presidente da Junta de Freguesia de Cunheira
Mário Sérgio Malheiro Mendes	Presidente da Junta de Freguesia de Seda

a) Renúncia de mandato a 28 de outubro de 2015

b) Integra a Assembleia a 28 de outubro de 2015

Câmara Municipal

Nome	Cargo
Joviano Martins Vitorino	Presidente
Francisco António Martins dos Reis	Vereador em Regime de Não Permanência
Manuel António Poupas Carola	Vice - Presidente (Regime de Meio Tempo)
João Rafael Gorgulho Nisa	Vereador em Regime de Não Permanência
Romão Buxo Trindade	Vereador em Regime de Não Permanência



3 – Recursos humanos

Neste ponto apresentam-se os dados relativos aos trabalhadores da autarquia. Dados estes trabalhados a partir do Balanço Social do Município.

3.1 – Emprego

A 31 de dezembro de 2015, o capital humano do Município de Alter do Chão era constituído por 136 trabalhadores, sendo a sua relação estabelecida através de Comissão de Serviço (5), Contrato por Tempo Indeterminado (127) e Contrato a Termo Resolutivo Incerto (4).

Os cinco elementos em comissão de serviço são: dois técnicos superiores em cargos de dirigente intermédio de 2.º grau, um técnico superior em cargo de dirigente intermédio de 3.º grau, um assistente técnico no cargo de Comandante Operacional Municipal e um assistente técnico no cargo de chefe de gabinete.

Os quatro trabalhadores contratados a termo são os sapadores florestais, cuja equipa deve ser formada por cinco elementos, mas um deles pediu rescisão do contrato e ainda não foi substituído, estando a decorrer o procedimento concursal.

Não estão incluídos os eleitos locais (5+19), programas ocupacionais (23) ou trabalhadores ausentes há mais de 6 meses (3) e os elementos do Gabinete de Apoio à Presidência na relação jurídica - Comissão de Serviço (2) (exceto o chefe de Gabinete).

Quadro 1 – Trabalhadores por cargo/carreira por tipo de vínculo e género

Grupo Profissional	Comissão de Serviço			CTFP por Tempo Indeterminado			CTFP a Termo Resolutivo Certo			CTFP a Termo Resolutivo Incerto			Total Efetivos	%
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T		
Dirigente Intermédio	2	1	3			0			0			0	3	2,2
Técnico Superior			0	5	13	18			0			0	18	13,2
Informática			0	1	1	2			0			0	2	1,5
Assistente Técnico	1		1	11	14	25			0			0	26	19,1
Assistente Operacional			0	64	17	81			0	4		4	85	62,5
Outros	1		1	1		1			0			0	2	1,5
Total	4	1	5	82	45	127	0	0	0	4	0	4	136	100

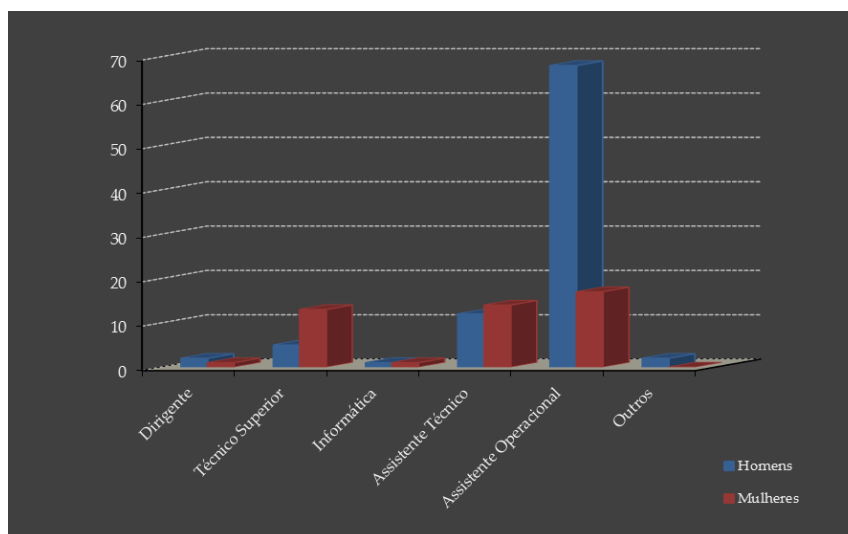
Verificamos que a carreira com maior número de trabalhadores é a de assistente operacional com 68 homens e 17 mulheres, num total de 85 trabalhadores, que representa 62,5% dos trabalhadores do município.

A seguir aparece a carreira de assistente técnico que representa 19,1% dos trabalhadores, com 12 homens e 14 mulheres.

O grupo seguinte é o dos técnicos superiores com um peso de 13,2% e 18 trabalhadores na sua maioria mulheres, 13.

O gráfico seguinte permite uma melhor visualização da distribuição dos trabalhadores pelas diferentes carreiras e também o número de homens e mulheres nessas mesmas carreiras.

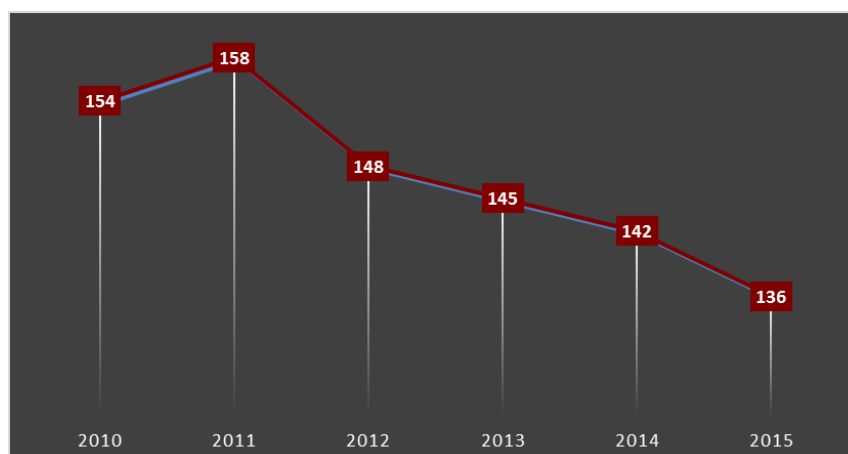
Gráfico 1 – Trabalhadores por cargo/carreira



Na carreira de assistente operacional é onde se verifica a maior discrepância entre homens e mulheres, situação que se verifica desde sempre e que tem como justificação o tratar-se de trabalho pesado como pedreiros, calceteiros e manobreadores de máquinas.

Já nas carreiras de assistente técnico e técnico superior o número de mulheres é superior ao dos homens o que se pode justificar por se tratar de trabalho mais leve em termos físicos, mais trabalho administrativo e técnico.

Gráfico 2 – Evolução do número de trabalhadores

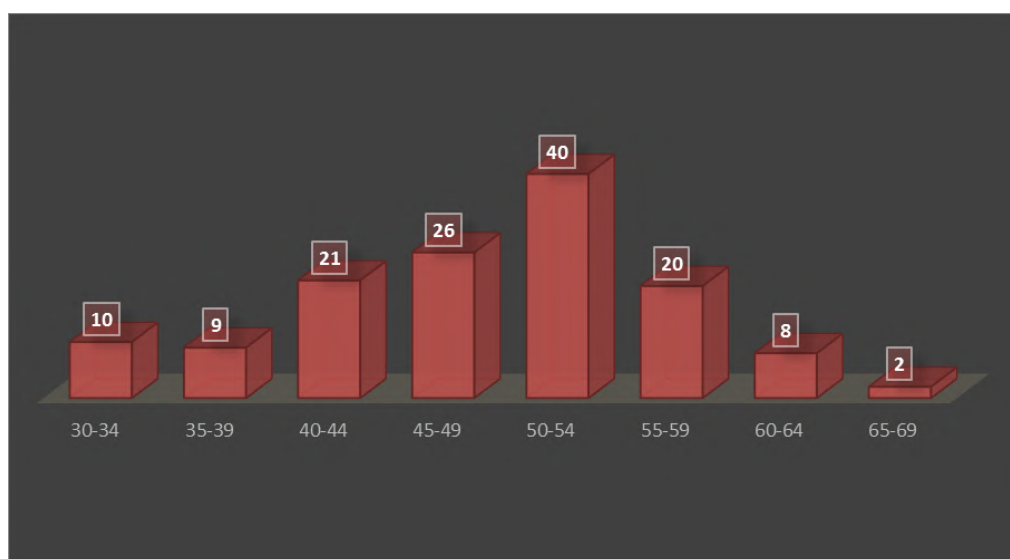


Desde 2011 que o número de trabalhadores do município tem vindo a diminuir, seja por cessão de comissão de serviço, por reforma ou por outra qualquer situação.

Quadro 2 – Trabalhadores por cargo/carreira segundo escalão etário e género

Grupo Pessoal	20-24			25-29			30-34			35-39			40-44			45-49			50-54			55-59			60-64			65-69			Total					
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T			
Dirigente Intermédio	0			0			0			1	1		0			1	1	2	0			0			0						2	1	3			
Técnico Superior	0			0			4	4		2	3	5	1	4	5	1	1	2	1	1	2	0			0						5	13	18			
Informática	0			0			0			0			0			1	1	2	0			0						1	1	2						
Assistente Técnico	0			0			1	1	2	0			2	3	5	4	3	7	4	6	10	1	1	2	0						12	14	26			
Assistente Operacional	0			0			2	2	4	3	3		9	2	11	11	4	15	19	7	26	15	1	16	8	8		1	1	2				68	17	85
Outros	0			0			0			0			0			0			2	2		0						2	0	2						
Total	0	0	0	0	0	0	3	7	10	6	3	9	12	9	21	17	9	26	25	15	40	18	2	20	8	0	8	1	1	2				90	46	136

O grupo etário com maior número de trabalhadores do Município de Alter do Chão é o dos 50 aos 54 anos. Dez funcionários têm mais de sessenta anos, sendo todos eles assistentes operacionais. Outros dez têm menos de trinta e cinco anos.

Gráfico 3 – Trabalhadores por escalão etário


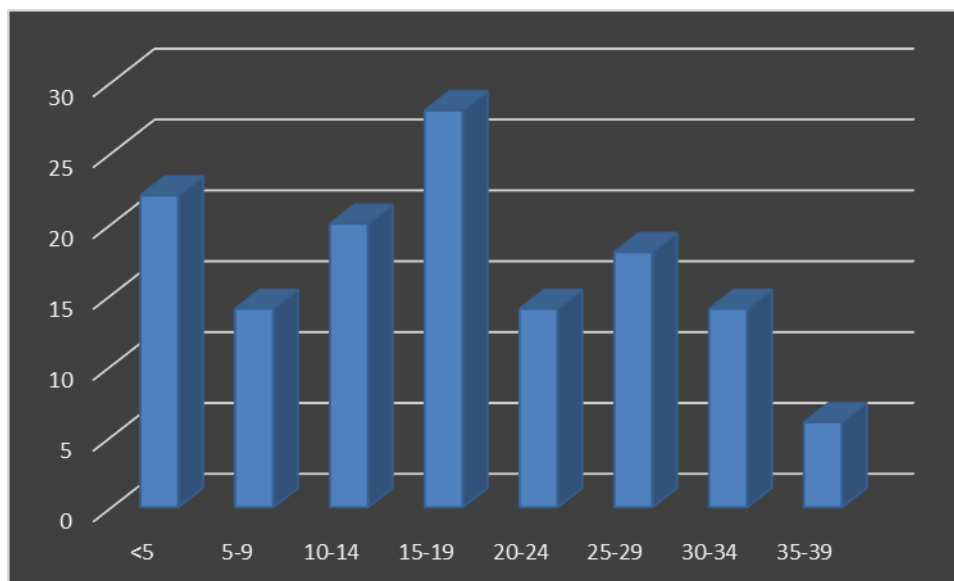
O gráfico anterior permite uma melhor visualização dos grupos etários onde se concentra a maioria dos trabalhadores do município. Dos 136 trabalhadores, 107 estão nos grupos etários dos 40 aos 59 anos.

A escada que se visualiza a partir do grupo dos 55 anos tem toda a razão de ser uma vez que se trata do aproximar da idade da reforma e os trabalhadores vão-se aposentando, sendo cada vez menos há medida que nos aproximamos do último escalão etário.

Quadro 3 – Trabalhadores por cargo/carreira segundo antiguidade e género

Grupo Profissional	<5			5-9			10-14			15-19			20-24			25-29			30-34			35-39			Total		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
Dirigente Intermédio	0			0			1	1	1	1	1	2	0			0			0			0			2	1	3
Técnico Superior	2	9	11	1	1	1	1	2	3	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	0	0	5	13	5	13	18
Informática	0			0			0			0			0			1	1	2	0			1	1	2			
Assistente Técnico	1	4	5	0			2	1	3	4	3	7	2	2	5	3	8	1	1	0	12	14	26	26			
Assistente Operacional	5	1	6	7	6	13	12	1	13	13	4	17	7	4	11	9	1	10	9	9	6	6	62	17	85	85	
Outros	0			0			0			1	1	0	0			1	1	0	0			2	0	2			
Total	8	14	22	8	6	14	16	4	20	19	9	28	7	7	14	14	4	18	12	2	14	6	0	6	90	46	136

No que se refere à distribuição dos trabalhadores do Município pela antiguidade, há a salientar o facto de 22 trabalhadores terem menos de 5 anos de serviço. São 84 os trabalhadores (62%) que têm menos de 19 anos de antiguidade. Os trabalhadores que têm mais de 20 anos de trabalho na autarquia são 52.

Gráfico 4 – Trabalhadores segundo antiguidade


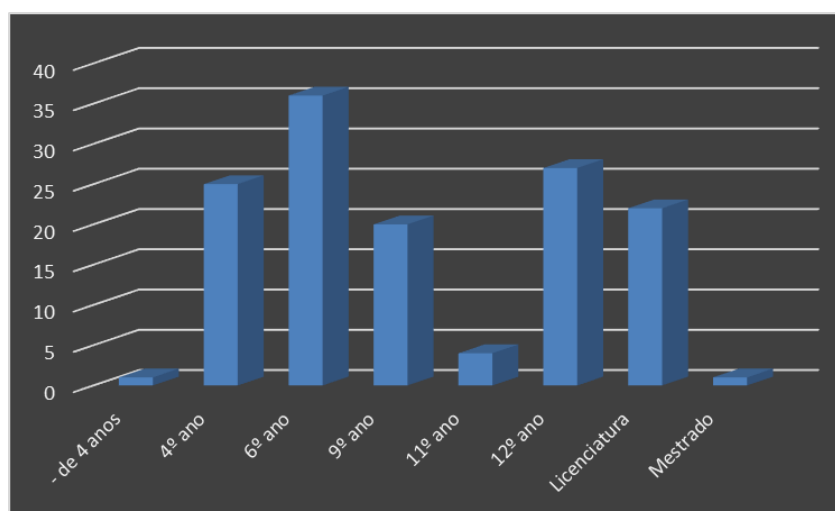
A visualização gráfica de quaisquer dados é sempre facilitada quando comparada com os dados apresentados em forma de quadro. Assim, constatamos que o escalão de antiguidade entre os 15 e 19 anos é aquele que tem maior número de trabalhadores, apresentando-se de seguida o escalão de menos de 5 anos de antiguidade no serviço.

**Quadro 4 – Trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de escolaridade e género**

Grupo Pessoal	- 4 anos escolaridade			4 anos escolaridade			6 anos escolaridade			9 anos escolaridade			11 anos escolaridade			12 anos escolaridade			Bacharelato			Licenciatura			Mestrado			Total		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T			
Dirigente			0			0			0			0			0			0	2	1	3			0	2	1	3			
Técnico Superior			0			0			0			0			0			0	5	12	17	1	1	5	13	18				
Informática			0			0			0			0	1	1	2			0			0			0	1	1	2			
Assistente Técnico			0			0	1	1	2	2	2	8	12	20			0	1	1	2			0	12	14	26				
Assistente Operacional	1	1	22	3	25	30	6	36	12	5	17	1	1	2	3	5		0		0			0	68	17	85				
Outros			0			0	1	1	1	1			0			0		0			0			0	2	0	2			
Total	1	0	1	22	3	25	30	6	36	14	6	20	4	0	4	11	16	27	0	0	0	8	14	22	0	1	1	90	46	136

A análise dos recursos humanos do Município de Alter do Chão, na perspetiva das qualificações académicas permite constatar que existem 25 trabalhadores com o 4.º ano de escolaridade, 36 com o 6.º ano, 20 com o 9.º ano e 22 dos trabalhadores são detentores de licenciatura. A estrutura interna desta variável está diretamente relacionada com a estrutura de carreiras do Município, ou seja, com a predominância relativa da carreira de assistente operacional face às restantes.

O gráfico abaixo agrupa o número de trabalhadores por nível de escolaridade.

Gráfico 5 – Trabalhadores segundo escolaridade

3.2 – Mobilidade

3.2.1 – Admissões e saídas

Durante o ano de 2015 não se verificaram admissões de trabalhadores externos à autarquia. Verificou-se a admissão de uma trabalhadora que estava na carreira de assistente operacional e passou a integrar a carreira de assistente técnico, na modalidade de mobilidade interna a órgãos ou serviços e a admissão de um trabalhador da carreira de técnico superior para dirigente intermédio através de procedimento concursal.

Em termos de saídas, temos no total três: uma por resolução de contrato por iniciativa do trabalhador, no grupo dos assistentes operacionais, outra por mobilidade externa para órgão da administração central, no grupo dos técnicos superiores e outra, infelizmente, devido a falecimento, esta última também no grupo dos assistentes operacionais.

3.2.2 – Recrutamento

Foi efetuado um procedimento concursal em 2015 para dirigente intermédio de 3.º grau. O procedimento foi concluído e o lugar ocupado por um técnico superior do quadro da autarquia, conforme já mencionado no ponto anterior. Embora tenha sido aprovado um procedimento para sapedor florestal na sessão de dezembro da Assembleia Municipal, o início deste procedimento só veio a ocorrer em janeiro de 2016.

3.2.3 – Alterações do posicionamento remuneratório

Não se registaram alterações do posicionamento remuneratório.

3.2.4 – Absentismo

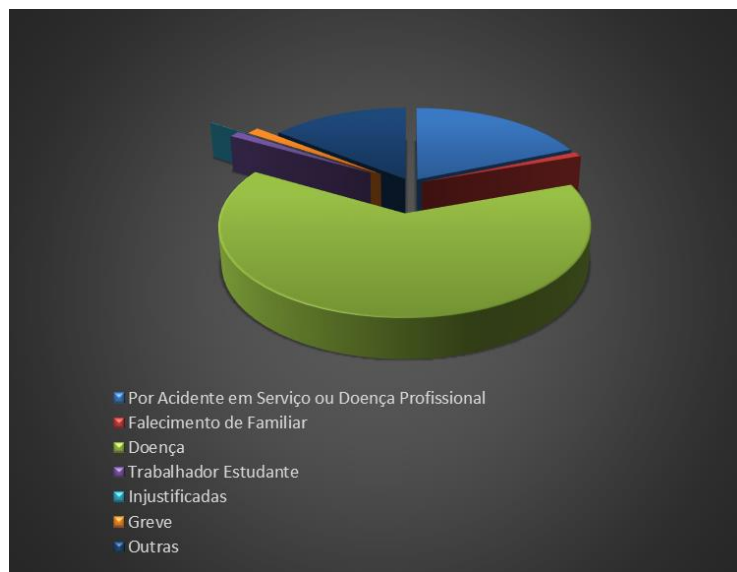
Quadro 5 – Número de dias de faltas/ausências

Tipo de faltas/ausências	Total dias	%
Por Acidente em Serviço ou Doença Profissional	405,00	18,69
Falecimento de Familiar	19,00	0,88
Doença	1.379,00	63,64
Trabalhador Estudante	24,00	1,11
Injustificadas	1,00	0,05
Greve	29,00	1,34
Outras	310,00	14,31
Total	2.167,00	100

No ano de 2015 o número de dias de faltas/ausências foram 2.167, mais 29,5 dias do que no ano anterior. As ausências por conta do período de férias não estão contabilizadas neste quadro por não se enquadrarem na designação de absentismo. Tal como em anos anteriores as faltas que assumem maior significado são as faltas por doença, sendo que existem três trabalhadores na situação de doença prolongada.

Nas faltas/ausências com a designação “Outras” incluem-se faltas por participação em mesas eleitorais, doação de sangue, consultas médicas.

Gráfico 6 – Faltas/ausências

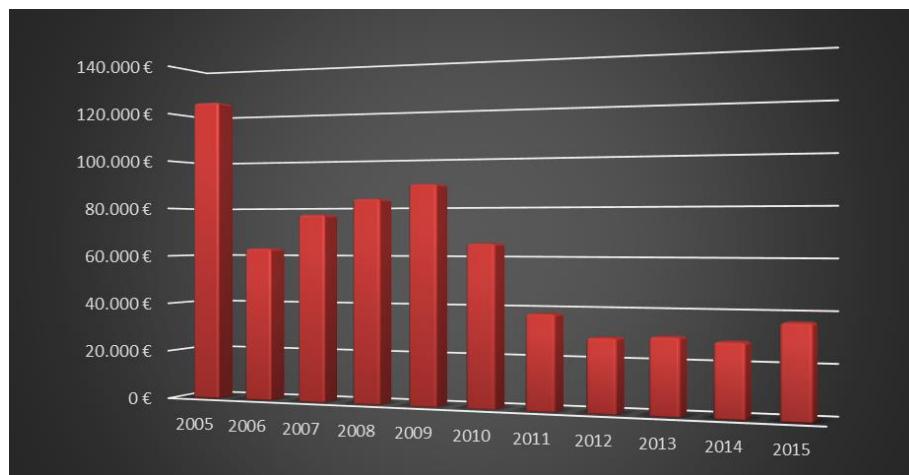


3.3 – Horas extraordinárias

Durante o ano de 2015 foi realizado trabalho extraordinário diurno num total de 3.029 horas, mais 1.049,88 horas do que em 2014, o que representa um aumento de 53% relativamente ao ano anterior, ainda assim dentro dos valores dos últimos cinco anos. Do total de horas extraordinárias apenas 158 foram realizadas por mulheres, mais 95 do que no ano anterior. A maior parte são de funcionários do Setor de Obras e Serviços Urbanos. O valor total das horas extraordinárias foi € 36.689,84.

O gráfico 7 mostra a evolução do valor gasto em horas extraordinárias desde 2005, tendo sido esse o ano cujo valor foi mais elevado, €125.214,17. O valor diminuiu a partir de 2010 em consequência da redução do número de horas realizadas mas também pela diminuição do valor adicional devido pelas horas extraordinárias, tendo aumentado 26% em 2015.

Gráfico 7 – Evolução das horas extraordinárias 2005-2015 (€)



3.4 – Evolução das Receitas Próprias e Despesas com Pessoal no período 2010-2015

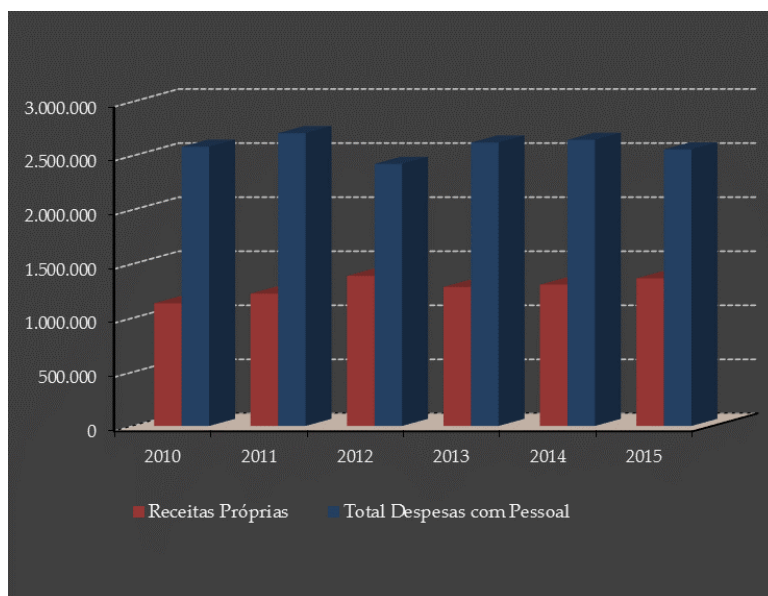
Quadro 6 – Receitas próprias e despesas com pessoal

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas Próprias	1.135.077,04	1.224.005,48	1.388.201,98	1.285.975,33	1.307.025,08	1.365.447,95
Total Despesas com Pessoal	2.581.420,62	2.707.669,52	2.423.233,12	2.620.395,50	2.645.501,77	2.556.935,11
Despesas c/ Pessoal do Quadro	1.580.025,42	1.840.872,81	1.674.252,73	1.784.711,20	1.737.622,01	1.730.415,81
Despesas c/ Pessoal Fora dos Quadros	343.557,08	225.771,67	171.845,62	118.827,13	86.718,50	76.158,26

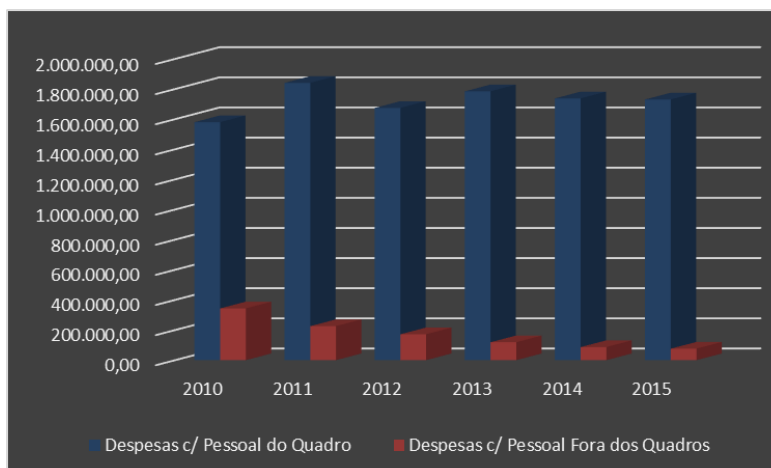
As receitas que contribuem para o apuramento das receitas próprias são: impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e serviços correntes, outras receitas correntes, venda de bens de investimento, ativos financeiros e outras receitas de capital.

O valor das receitas próprias tem variado pouco ao longo dos anos, registando um aumento de 4,47% relativamente ao ano 2014. Este aumento fica a dever-se ao acréscimo de valor na venda de bens e serviços e na venda de bens de investimento. A primeira situação está diretamente relacionada com o aumento das tarifas de água, saneamento e recolha de resíduos com a alteração dos respetivos tarifários e a segunda com a venda de habitação social, quatro casas e ainda uma loja.

Através do gráfico 8 facilmente verificamos que o valor das receitas próprias não é suficiente para suprir as despesas com pessoal, ou seja, é necessário parte das transferências do Estado para suportar esta despesa.

Gráfico 8 – Evolução das receitas próprias e despesas com pessoal 2010-2015 (€)

As despesas com Pessoal do Quadro registam uma ligeira redução (-0,41%) relativamente a 2014. As despesas com Pessoal Contratado têm vindo a diminuir desde 2009, ano em que se atingiu o valor de € 357.805,75, representando apenas 3% do total da despesa com pessoal.

Gráfico 9 – Evolução das despesas com pessoal do quadro e fora do quadro



4 – Execução das Opções do Plano

Estabelece o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais que os documentos previsionais são dois: as Grandes Opções do Plano (GOP's) e o Orçamento.

Em legislação mais recente a designação Grandes Opções do Plano altera ligeiramente para Opções do Plano, nomeadamente na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, lei que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, pelo que parece serem aceites as duas designações.

As Grandes Opções do Plano são também constituídas por dois documentos: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR).

O PPI engloba todos os projetos de investimento em que se prevê pagamentos durante o ano, pelo que a execução do PPI reflete a execução financeira dos projetos, a qual deve acompanhar de perto a execução física.

As AMR's englobam todos os projetos/atividades que, não sendo investimento, se revestem de importância para a autarquia, designadamente: transferências entre autarquias locais no âmbito de protocolos de delegação de competências e acordos de colaboração, transferências para outras entidades (paróquia, CIMAA) e a realização de eventos culturais e desportivos.

De seguida analisamos as Opções do Plano através dos dois documentos em separado.

Para um melhor entendimento do enquadramento dos projetos nas diferentes funções deixamos uma breve explicação do que é o Classificador Funcional tal como é definido pelo POCAL:

Funções gerais - Este grupo de funções compreende as atividades de âmbito geral da administração local, abrange os órgãos da autarquia, a área administrativa e financeira, tesouraria, património e notariado e ainda os serviços de proteção civil e prevenção de incêndios.

Funções sociais - Esta categoria ou grupo de funções abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades tais como a educação, a saúde, a segurança e ação social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, o abastecimento de água, o tratamento de resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos.

Funções económicas – Compreende as despesas com a construção, manutenção e modernização de parques industriais, iluminação pública, energia elétrica, transportes e comunicações, comércio, turismo, mercados e feiras e outros assuntos ou serviços de carácter residual não suscetíveis de enquadramento na categoria ou grupo das funções económicas como sejam a informação dos direitos do consumidor.

Outras Funções - Respeita às relações da autarquia com as instituições financeiras e a concessão de empréstimos ou subsídios reembolsáveis. Incluem-se as transferências efetuadas para outras entidades da administração central, regional ou autárquica. Trata-se de uma rubrica de carácter residual que engloba as despesas não enquadráveis nas anteriores rubricas.

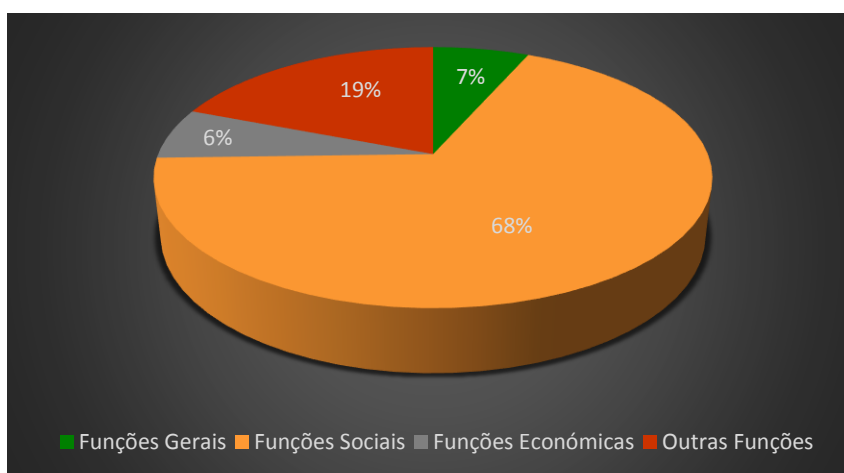
Quadro 7 - Estrutura das Opções do Plano por Funções

	PPI	%	AMR	%	GOP	%
Funções Gerais	1.215,02	0%	77.446,73	24%	78.661,75	7%
Funções Sociais	598.807,73	69%	210.293,47	66%	809.101,20	68%
Funções Económicas	74.456,42	9%	768,72	0%	75.225,14	6%
Outras Funções	197.904,20	23%	30.000,00	9%	227.904,20	19%
Total	872.383,37	100%	318.508,92	100%	1.190.892,29	100%

O quadro anterior mostra a execução das Opções do Plano por Função. O valor total do PPI executado foi de € 872.383,37, sendo que o valor mais alto foi nas funções sociais, €598.807,73 com um peso de 69% e o valor mais baixo nas funções gerais €1.215,02 o qual não atinge 1%.

Quanto às AMR's o valor executado foi de € 318.508,92, sendo o valor mais elevado também nas funções sociais com € 210.293,47, correspondendo um peso de 66%.

Em termos totais a execução das GOP's foi de € 1.190.892,29.

Gráfico 10 - Estrutura das Opções do Plano por Funções



Quadro 8 - Execução das Opções do Plano

Funções	Código	Programa	PPI	AMR	GOP	%
Funções Gerais	111	Administração Geral	0,00	26.268,87	26.268,87	2,2%
	121	Proteção civil e Luta Contra Incêndios	1.215,02	51.177,86	52.392,88	4,4%
Funções Sociais	210	Educação	0,00	0,00	0,00	0,0%
	211	Ensino não Superior	20.128,49	52.320,60	72.449,09	6,1%
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	3.124,20	0,00	3.124,20	0,3%
	221	Serviços Individuais de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,0%
	232	Ação Social	1.747,33	32.267,56	34.014,89	2,9%
	241	Habitação	35.206,72	0,00	35.206,72	3,0%
	242	Ordenamento do Território	3.062,71	0,00	3.062,71	0,3%
	243	Saneamento	72.130,85	0,00	72.130,85	6,1%
	244	Abastecimento de Água	26.426,19	0,00	26.426,19	2,2%
	245	Resíduos Sólidos	39.066,27	0,00	39.066,27	3,3%
	246	Proteção Meio Ambiente Conservação Natureza	0,00	0,00	0,00	0,0%
	251	Cultura	394.532,09	115.377,81	509.909,90	42,8%
	252	Desporto, Recreio e Lazer	3.382,88	5.827,50	9.210,38	0,8%
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	4.500,00	4.500,00	0,4%	
Funções Económicas	310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça Pesca	0,00	0,00	0,00	0,0%
	320	Indústria e Energia	950,03	0,00	950,03	0,1%
	331	Transportes Rodoviários	71.328,24	0,00	71.328,24	6,0%
	341	Mercados e Feiras	2.178,15	0,00	2.178,15	0,2%
	342	Turismo	0,00	0,00	0,00	0,0%
	350	Outras Funções Económicas	0,00	768,72	768,72	0,1%
Outras Funções	420	Transferências entre Administrações	0,00	30.000,00	30.000,00	2,5%
	430	Diversas não Especificadas	197.904,20	0,00	197.904,20	16,6%
Total			872.383,37	318.508,92	1.190.892,29	100,0%

Em seguida, revelam-se alguns dos projetos/atividades desenvolvidos durante o ano 2015.

O código apresentado à frente de cada programa a partir da página seguinte diz respeito ao número do programa, dentro de cada Função, conforme consta do documento “Balancete das Grandes Opções do Plano” de forma a simplificar a leitura deste último.



01 FUNÇÕES GERAIS

Administração Geral - 111

Foi dada continuidade à execução dos projetos iniciados pela CIMAA, pela AREANATEjo e pela APDD, embora, em termos de pagamentos apenas se tenham verificado transferências para a CIMAA, conforme quadro abaixo:

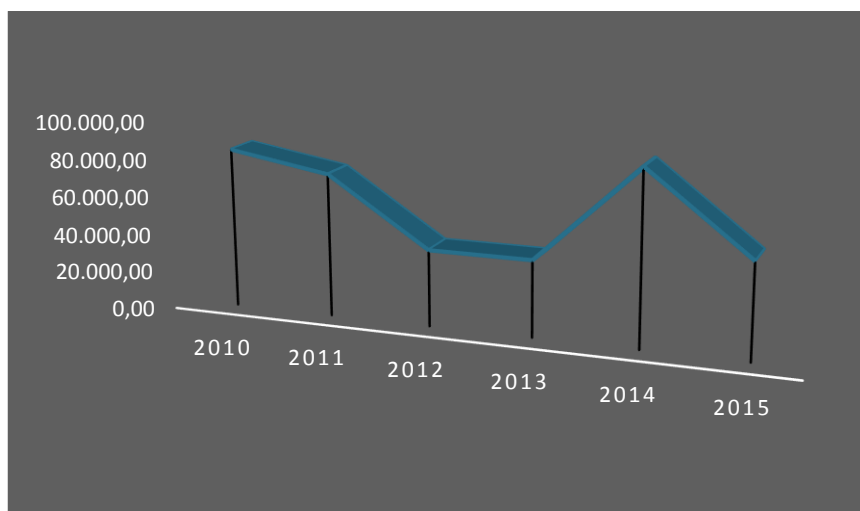
Quadro 9 – Transferências efetuadas para a CIMAA

Projeto/Candidatura	Capital	Correntes
EPI (Equipamentos de proteção individual)	573,84	
REGUL IP	1.680,77	
PROVERE	2.468,78	
FEEL NATURE	6.629,67	1.041,14
ILUPUB	4.047,47	
Reengenharia de processos		1.660,50
SAMAA - Front Office	781,98	
SAMAA - Consolidação de infraestruturas	3.513,08	
SAMAA - VPN comunicações		752,76
Data Center	1.713,21	
SAMAA - Comunicações Unificadas	1.405,67	
Total	22.814,47	3.454,40

Proteção Civil e Luta Contra Incêndios - 121

Para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alter do Chão foram transferidos € 50.000,00. Desta verba, € 40.000,00 respeita ao projeto “Linha Azul” que os bombeiros asseguram com o número municipal de emergência.

A restante verba transferida destinou-se a apoio financeiro para a transformação de um veículo de combate a incêndios em veículo de apoio ao comando.

Gráfico 11 – Transferências efetuadas para a AHBVAC

02 FUNÇÕES SOCIAIS

Ensino não superior – 211

No ano 2015 foi gasta uma verba de €20.128,49 nas escolas do concelho, distribuída da seguinte forma: €8.442,51 na empreitada de demolição/construção de muros laterais da antiga escola primária da Cunheira, €5.719,50 referente ainda aos toldos sombreadores instalados na nova escola e adquiridos no ano anterior, €3.998,48 para fornecimento de equipamento elétrico e €1.968,00 referente ao projeto de infraestruturas elétricas do parque escolar.

O Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular visa complementar, de forma lúdica e pedagógica, o tempo extra curricular de permanência das crianças na escola, contribuindo para o seu desenvolvimento educativo.

No concelho de Alter do Chão as atividades de enriquecimento curricular são promovidas pelo Município, de acordo com a legislação em vigor.

No ano letivo de 2014/2015 as aulas de música, inglês e expressão artística foram asseguradas por professores do Agrupamento de Escolas de Alter do Chão, para as aulas de educação física e de equitação coube ao Município contratar os técnicos para o 1º Ciclo e para o ensino pré-escolar. A despesa em 2015 foi de €17.611,27.

Esta situação mantém-se para o ano letivo 2015/2016.

No que respeita ao pagamento das refeições escolares gastou-se uma verba de €34.209,33, sendo que €32.113,33 foram pagos ao Agrupamento de Escolas de Alter do Chão e €2.096,00 ao Grupo Social da Cunheira, este último pelas refeições fornecidas aos alunos do ensino pré-escolar da Cunheira.



Ação Social – 232

Foi gasta uma pequena verba no Apoio à Habitação Degradada para Extratos Sociais Desfavorecidos, projeto este que se tem mantido no Plano de Atividades da autarquia desde a celebração de um protocolo com o Centro Regional de Segurança Social, em 2008, para o Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas.

Quanto ao projeto Cantina Social foram pagos €3.143,50 à Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão, não tendo as restantes instituições de solidariedade social do concelho apresentado valores para participar no âmbito do protocolo celebrado com o município.

Dando continuidade ao projeto do Cartão do Idoso na comparticipação das despesas de saúde foram pagos €13.611,30 no ano 2015. Em 31 de dezembro os beneficiários do cartão do idoso eram 216.

Relativamente ao Apoio às IPSS's do Concelho a verba refletida nas GOP's, €15.512,76, corresponde ao valor transferido para a Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão para comparticipação da empreitada da Rede de Oxigénio e Vácuo e Otimização das Calhas Técnicas Sobranceiras às Camas da Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

Habitação – 241

Atenta ao estado de deterioração do parque habitacional do concelho, a autarquia decidiu adquirir um prédio urbano, sito na rua Almirante José António de Azevedo Coutinho que, pela sua singularidade, não deveria manter o seu acentuado estado de degradação, uma vez que o mesmo é confinante com a Fonte Renascentista (classificada como imóvel de interesse público) e ainda pela sua localização na praça central da vila.

A aquisição foi realizada pelo montante de €31.302,94, conforme deliberação do órgão executivo de 4 de maio de 2015.

Inicialmente o destino pensado para o imóvel foi o de arquivo municipal, mas após análise pelos técnicos da autarquia verificou-se que não seria possível estando em discussão qual a finalidade a dar ao imóvel.

Ordenamento do Território – 242

No que respeita ao ordenamento do território está a ser desenvolvido todo um processo de estudo, planeamento e definição de dados referentes à gestão urbanística e ocupação de espaço público.

Após a conclusão da revisão do PDM avançou-se para a elaboração do Plano de Urbanização da Vila de Alter do Chão. Este trabalho foi adjudicado à Plural, Planeamento Urbano, Rural e de Transportes, Unipessoal, Lda, pelo valor de €24.501,60, do qual €3.062,71 foram pagos em 2015.



O Plano de Urbanização de Alter do Chão foi aprovado por unanimidade na sessão da assembleia municipal de 18 de abril de 2015.

Foi aprovada a Área de Reabilitação Urbana da Vila de Alter do Chão, pela Assembleia Municipal, em sessão ordinária realizada no dia 25 de setembro de 2015, tendo sido publicitada no Diário da República, II Série, n.º 253 de 29 de dezembro de 2015, Regulamento n.º 914/2015. Este processo foi todo desenvolvido pelos técnicos da autarquia sem qualquer adjudicação a entidades externas.

Na reunião do executivo de 18 de dezembro foi aprovada a proposta para elaboração do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), o qual constitui um instrumento de planeamento e de programação das intervenções, públicas e privadas, a desenvolver no domínio da regeneração urbana através da mobilização da Prioridade de Investimento 6.5 – “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído”, inscrita no Eixo Prioritário 8 – “Ambiente e Sustentabilidade” do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020.

O PARU possibilitará ao município de Alter do Chão, bem como a potenciais parceiros aceder a cofinanciamento FEDER para um conjunto de intervenções que se enquadrem e concorram para uma estratégia integrada de regeneração urbana.

Foi também aprovada, na mesma reunião, a proposta para elaboração do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD). Este plano visa a reabilitação e regeneração física, económica e social das comunidades e das zonas urbanas desfavorecidas, nomeadamente, de bairros sociais ou outras áreas urbanas onde residam comunidades desfavorecidas.

Criado no âmbito do Portugal 2020, o PAICD constitui o instrumento de planeamento e de programação integrada de intervenções junto de comunidades desfavorecidas, com uma delimitação territorial precisa, visando a definição e implementação de uma estratégia multidimensional de promoção da inclusão social.

A elaboração deste instrumento permitirá dotar o município de Alter do Chão dos instrumentos necessários para uma fundamentada mobilização do financiamento FEDER e FSE destinados à regeneração urbana e inscritos no Programa Operacional Regional (POR) Alentejo 2020.

Concluído o processo de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da vila de Alter do Chão, deu-se início à elaboração da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), neste caso uma ORU simples que consubstancia ações de reabilitação que incidem principalmente sobre o edificado e devem, preferencialmente, ser realizadas pelos respetivos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos. Estas operações obedecem a uma estratégia de reabilitação urbana que, nomeadamente, estabelece o prazo para execução das operações, define as prioridades e especifica os seus objetivos, determina o modelo de gestão da área de reabilitação urbana, apresenta um quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação executadas por aqueles interessados e propõe soluções de financiamento.



Saneamento – 243

A rua da Corredoura e a antiga E.N. 369, na travessia de Alter do Chão, eram vias com deficiências nos sistemas de drenagem de águas pluviais e residuais, o que implica que quando chovia com alguma intensidade os sistemas existentes não eram suficientes para assegurar uma drenagem eficaz.

Atento a esta situação o Município deu início aos trabalhos de beneficiação dos sistemas através de uma empreitada. O valor de adjudicação foi de € 153.605,17, tendo sido pago € 72.130,85 no ano 2015.

A antiguidade das redes de saneamento e a de abastecimento de água, quer da vila quer das freguesias é uma das grandes preocupações ao nível local. Sendo uma preocupação partilhada por todos os municípios do Norte Alentejano, a CIMAA elaborou uma candidatura conjunta para a execução do Cadastro das Infraestruturas Existentes dos Sistemas em Baixa de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais. A candidatura foi submetida ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), Eixo 3, Prioridade de Investimento 6.ii, Aviso POSEUR-12-2015-16.

Abastecimento de Água – 244

Durante o ano de 2015 foram gastos € 6.414,01 em aquisições de material e reparações na rede de abastecimento de água, sendo que a verba maior respeita à aquisição de uma bomba para o furo do Álamo.

No final do ano anterior foi detetado o mau funcionamento da válvula de descarga de fundo da Barragem do Zambujo, tendo sido adjudicada uma empreitada para reparação da mesma, a qual teve um custo de € 5.621,18.

Foi adjudicado ao LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P., em 2012, um Estudo Hidrogeológico com vista à delimitação dos perímetros de proteção das 24 captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público do Concelho de Alter do Chão, pelo montante de € 22.140,00. O documento final foi entregue em 2015, ao que correspondeu o pagamento de € 14.391,00 finais.

A partir deste documento, a autarquia está em condições de lançar uma empreitada, ou executar por administração direta, a delimitação física em todos os furos de água pois estes constituem um recurso a uma possível falta no abastecimento efetuado pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A..

Resíduos Sólidos – 245

Foram pagos €32.978,27 relativamente à locação financeira da viatura de recolha de resíduos, a qual foi adquirida em 2013 e terá o último pagamento em 2017, conforme quadro seguinte:

**Quadro 10 – Locação financeira camião de recolha de resíduos sólidos**

Locação financeira	2012		2013		2014		2015		2016		Total	
	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros
Veículo												
Volvo recolha de resíduos	32.465,49	4.896,27	29.208,39	3.145,13	32.999,16	5.019,56	32.669,94	3.337,49	35.464,22	1.893,38	162.807,20	18.291,83
Total	37.361,76		32.353,52		38.018,72		36.007,43		37.357,60		181.099,03	

Cultura – 251

Na Estação Arqueológica de Alter do Chão foram gastos €14.944,50 relativamente ao documentário sobre a Villa Romana Casa da Medusa. A atualização do documentário tornou-se necessária, por um lado, porque os estudos efetuados, nos últimos tempos, levaram a colocar de parte a interpretação inicial, tendo em conta que está representado no mosaico Alexandre O Grande e a cena mais emblemática da Batalha de Hidaspes e, por outro lado, foi efetuada a conservação e restauro do mosaico figurativo o que lhe conferiu outra cor e uma nova dinâmica ao espaço.

No que respeita às obras de conservação e restauro do mosaico romano foram pagos €73.850,20, e quanto à construção da cobertura sobre a Casa da Medusa a verba gasta em 2015 foi €309.451,54.

O projeto de arquitetura para a construção da cobertura foi elaborado pela Direção Regional de Cultura do Alentejo não gerando custos ou despesas para o Município.

A construção da placa da cobertura e a conservação do mosaico foram objeto de uma candidatura no âmbito do QREN ao Programa Operacional Regional do Alentejo, Regulamento Património Cultural, Eixo 2 – Valorização do Espaço Regional, Aviso ALENT-47-2014-01, com um Investimento Elegível de € 403.642,68 sendo participado em €343.096,28, correspondente a 85% do valor elegível. Nesta data já foi recebida a totalidade da comparticipação FEDER.

O projeto “Festas de Verão” custou €33.448,01, valor este distribuído pelas quatro freguesias e por atividades como contratação de artistas, aluguer de som e de tendas, sendo o maior peso da despesa efetuado na sede do concelho.

Durante o ano 2015 foi também adquirido equipamento para o Palácio do Álamo, nomeadamente mesas e cadeiras no montante de €5.166,00, as quais se encontram distribuídas pelo Pavilhão Multiusos e Antiga Escola Primária, estas últimas afetas à Universidade Sénior.

No programa das Grandes Opções “Eventos Diversos” foram englobadas algumas atividades como a Feira do Livro, Abril Cavalos e Toiros, Programa da TVI, Dia do Município, Dia da Criança, e outros eventos de pequena dimensão, tendo na globalidade sido gasta uma verba de € 63.349,23.

No ano 2015 comemorou-se os 500 anos dos Forais Manuelinos de Alter do Chão, Chancelaria e Seda, pelo que foram desenvolvidas algumas atividades relacionadas com a data, como seja a publicação dos Forais e apresentação do livro “Os Forais Manuelinos de Alter do Chão, Chancelaria e Seda”, pelos autores



do estudo, a recriação histórica da entrega do foral, alocações sobre a efeméride e a exposição “O foral novo, registos que contam histórias” (versão virtual), tendo sido gastos € 17.105,57.

Desporto – 252

No programa “Desporto, Recreio e Lazer”, o município gastou €9.410,38, dos quais €3.826,00 nos Jogos do Norte Alentejano e BTT, verba transferida para a CIMAA como entidade organizadora destes eventos ao nível do Alto Alentejo.

Nos eventos diversos, com um valor gasto de apenas €1.449,61, contemplam o Passeio de cicloturismo, o Colóquio organizado pelo núcleo de treinadores de Portalegre e provas diversas.

Outras Atividades Cívicas e Religiosas – 253

No projeto Restauro/Beneficiação do Património Religioso/Igrejas, o valor pago de € 4.500,00 teve como destino a comparticipação da autarquia na obra de intervenção na Igreja Matriz de Seda.

03 FUNÇÕES ECONÓMICAS

Transportes Rodoviários – 331

Englobou-se no projeto de “Constituição/beneficiação de arruamentos nos aglomerados do concelho” a empreitada para Levantamento e Reposição de Calçadas em Diversos Arruamentos de Alter do Chão, com uma despesa de € 31.794,72, por forma a dar resposta ao trabalho que foi desenvolvido pela EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. na deteção de fugas na rede de abastecimento de água, trabalho pelo qual foi pago € 17.466,00.

Foi também efetuada uma empreitada para Arranjo Paisagístico do Espaço Público situado no entroncamento entre a Rua da Liberdade e a Rua 5 de Outubro em Seda. Esta empreitada foi enquadrada no projeto das GOP’s “Pequenos Arranjos Paisagísticos”, e custou € 26.468,34.

04 OUTRAS FUNÇÕES

Transferências entre Administrações – 420

Foram transferidos € 10.000,00 para cada uma das freguesias rurais do concelho.



A Junta de Freguesia de Alter do Chão entendeu devolver a totalidade da verba recebida em 2014, em prestações, e prescindiu de qualquer apoio em 2015.

Os valores acima mencionados são apoios financeiros para despesas urgentes e inadiáveis, decorrentes de situações imprevistas, da instalação de infraestruturas básicas e para apoio à organização de eventos que visem a salvaguarda dos interesses próprios das populações.

Diversas não especificadas – 430

Aquisição de Autocarros e viaturas é um projeto onde se reflete o pagamento, através de locação financeira, da compra do autocarro de 55 lugares adquirido pela autarquia em 2013. Tal como o projeto Aquisição de Retroescavadora, equipamento adquirido também através de locação financeira em 2012, cujo pagamento da última prestação e valor residual ocorreu em 2015, conforme se apresenta no quadro abaixo:

Quadro 11 – Locação financeira retroescavadora e autocarro

Locação financeira	2013		2014		2015		2016		2017		2018		Total	
	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros
Retroescavadora	34.851,04	6.948,30	23.235,04	1.676,42	13.475,44	391,56							71.561,52	9.016,28
	41.799,34		24.911,46		13.867,00								80.577,80	
Autocarro			36.423,38	9.488,80	38.478,54	7.282,46	40.871,93	5.360,99	43.084,48	3.148,44	26.482,36	816,11	158.858,33	25.280,69
			45.912,18		45.761,00		46.232,92		46.232,92		27.298,47		184.139,02	
Total	41.799,34		70.823,64		59.628,00		46.232,92		46.232,92		27.298,47		264.716,82	

Relativamente à Aquisição de Material Informático foram gastos €58.368,09, valor em que se enquadrou a aquisição de Software de Gestão Documental com Modelador de Processos (BPM), no âmbito da componente ERP e Software para Implementação da Intranet do Município, no âmbito da intranet corporativa, ambas englobadas na candidatura SAMAA ao Programa Operacional do Fator de Competitividade, Operação 37423 – “Operação de Modernização Administrativa do Alto Alentejo”, cujo promotor foi a CIMAA, comparticipada a 85% (€43.869,18,00 – verba recebida em 24 de março de 2016).

Foram gastos €42.393,38 na reparação de veículos do município enquadrado no projeto Aquisição e Grande Reparação de material de Transporte.

5 – Execução orçamental

A comparação entre o orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização das previsões realizadas, nomeadamente na angariação da receita estimada, visto que esta arrecadação é que condiciona a despesa.

5.1 – Modificações ao Orçamento

As Grandes Opções do Plano e Orçamento como documentos de natureza previsional são, em regra, durante a sua execução, objeto de ajustamentos, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, através de alterações e revisões, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo em casos excecionais previstos na lei, conforme pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL.

O orçamento inicial foi de € 7.317.405, tendo sido aprovadas quatro revisões pela Assembleia Municipal. Registaram-se quinze alterações orçamentais durante o ano de 2015 que introduziram modificações nas despesas e receitas, tendo como objetivo ajustar as previsões orçamentais que fixaram o orçamento final em € 6.982.352,00.

Quadro 12 – Resumo das Modificações ao Orçamento

		Receita		Despesa		
Designação		Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Designação	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas
Correntes	Impostos diretos	453.005,00	453.005,00	Despesas com pessoal	2.704.000,00	2.684.499,00
	Impostos indiretos	6.601,00	6.601,00	Aquisição de bens e serviços	2.075.400,00	2.108.168,50
	Taxas, multas outras penalidades	22.500,00	22.500,00	Juros e outros encargos	31.422,00	31.422,00
	Rendimentos de propriedade	211.500,00	211.500,00	Transferências correntes	268.500,00	305.687,50
	Transferências correntes	3.737.499,00	3.737.499,00	Subsídios	50.000,00	74.500,00
	Venda de bens e serviços correntes	767.900,00	767.900,00	Outras despesas correntes	77.500,00	161.923,30
	Outras receitas correntes	82.200,00	82.200,00			
	Total Receitas Correntes	5.281.205,00	5.281.205,00	Total Despesas Correntes	5.206.822,00	5.366.200,30
Capital	Venda de bens de investimento	944.109,00	388.109,00	Aquisição de bens de capital	1.637.276,00	1.266.444,70
	Transferências de capital	1.080.491,00	1.124.351,00	Transferências de capital	235.834,00	104.334,00
	Ativos financeiros	1.100,00	1.100,00	Ativos financeiros	65.473,00	65.473,00
	Outras receitas de capital	500,00	500,00	Passivos financeiros	172.000,00	175.500,00
	Reposições não abatidas pagamen.	10.000,00	10.000,00	Outras despesas de capital	0,00	4.400,00
	Saldo da gerência anterior	0,00	177.087,00			
	Total Receitas de Capital	2.036.200,00	1.701.147,00	Total Despesas de Capital	2.110.583,00	1.616.151,70
Total	7.317.405,00	6.982.352,00	Total	7.317.405,00	6.982.352,00	

5.2 – Equilíbrio orçamental

O POCAL estabelece no ponto 3.1.1. o Princípio do Equilíbrio – “ o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.”

No entanto, a 1 de janeiro de 2014 entrou em vigor a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, que estipula no n.º 2 do artigo 40.º que a “receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.”

Diz o n.º 3 do mesmo artigo que “O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é, obrigatoriamente, compensado no exercício seguinte.”

Ainda o n.º 4 estipula que “Para efeitos do disposto no n.º 2, consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.”

Deve ainda ser tida em conta a norma transitória constante do artigo 83.º que diz que “ Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, consideram-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.”

Assim sendo, apurámos o valor da amortização média de € 181.846,45, à data de 31 de dezembro de 2013, para o Município de Alter do Chão, que será sempre o mesmo valor até haver contração de novos empréstimos ou amortização dos existentes.

Refazendo então as contas à luz da nova Lei continuamos a ter um saldo positivo, em termos de equilíbrio corrente, no montante de € 239.598,02:

Quadro 13 – Equilíbrio Orçamental

	2014	2015
Receita Corrente	5.060.442,02	5.181.584,62
Despesa Corrente	4.855.052,67	4.760.140,15
Diferença	205.389,35	421.444,47
Amortizações Médias	181.846,45	181.846,45
Equilíbrio Orçamental	23.542,90	239.598,02

5.3 – Execução orçamental da receita

A Receita Total cobrada foi de €6.313.050,03, representando uma execução do orçamento de receita de 90%, o que vai ao encontro do estipulado no n.º 3 do artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, quando diz: “no caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da

receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85% são informadas as entidades referidas no n.º 1” (os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo).

O grau de execução da receita em 2014 foi de 83,36%, ligeiramente abaixo dos 85% impostos por lei. Assim, em 2014 não foi cumprida esta imposição legal, já o mesmo não se verifica em 2015, significa, portanto, que o município não se enquadra na situação descrita no artigo mencionado, cumprindo esta mesma disposição legal.

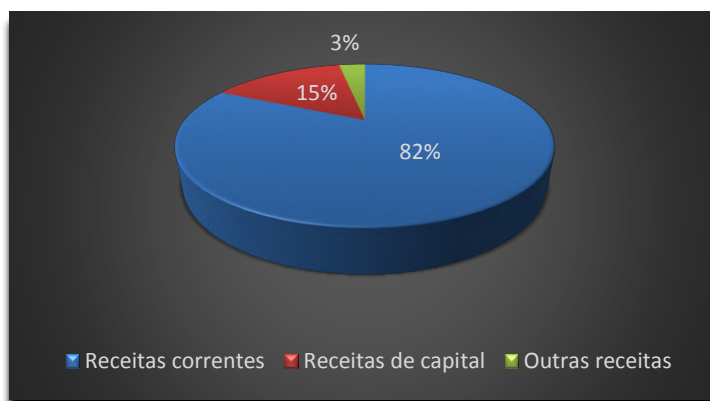
O quadro abaixo mostra a execução das receitas por natureza: as receitas correntes cobradas foram no montante de €5.181.584,62, atingindo um grau de execução de 98%, as receitas de capital cobradas foram de €942.643,31, correspondendo a um grau de execução de 62%. As outras receitas foram €188.822,10, em que a sua quase totalidade respeita à inclusão do saldo da gerência anterior (€177.087,00).

Quadro 14 – Execução das receitas por natureza e grau de execução

Receitas	Orçado	Executado	Diferença	Grau de Execução
Correntes	5.281.205,00 €	5.181.584,62 €	-99.620,38 €	98,11%
Capital	1.514.060,00 €	942.643,31 €	-571.416,69 €	62,26%
Outras	187.087,00 €	188.822,10 €	1.735,10 €	100,93%
Total	6.982.352,00 €	6.313.050,03 €	-669.301,97 €	90,41%

O gráfico abaixo mostra a distribuição das receitas por natureza económica. As receitas correntes representam 82% do total das receitas, as receitas de capital representam 15%, a parcela mais pequena é para as outras receitas que representam apenas 3% do total, sendo que neste valor se engloba o saldo da gerência anterior.

Gráfico 12 – Peso das receitas correntes e de capital na receita total



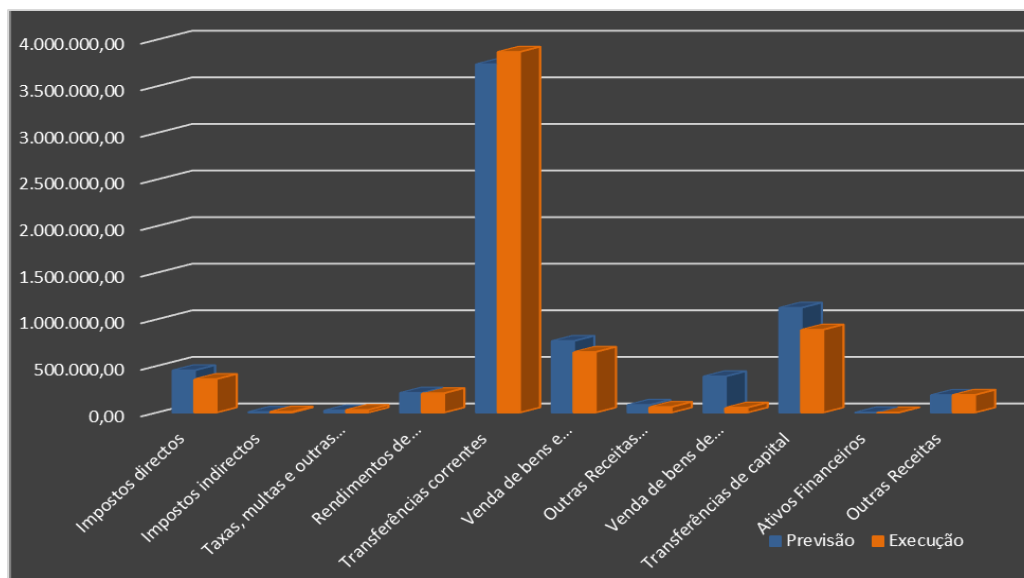


Efetuada de seguida uma análise por rubrica de receita verificamos que o maior peso da receita está nas Transferências (correntes e de capital) do Orçamento de Estado que atingem um peso de 75,40% no total da receita, facto este que não é novidade, uma vez que é apanágio dos municípios do interior, devido, essencialmente, à sua fraca capacidade em gerar receitas próprias, quer ao nível dos impostos directos, quer ainda pelo fraco tecido empresarial.

Quadro 15 – Execução das receitas correntes e de capital

	Previsão	Execução	Diferença	Grau execução %	Peso na receita total%
Impostos directos	453.005,00	358.792,42	-94.212,58	79,20%	5,7%
Impostos indirectos	6.601,00	8.879,97	2.278,97	134,52%	0,1%
Taxas, multas e outras penalidades	22.500,00	28.080,62	5.580,62	124,80%	0,4%
Rendimentos de propriedade	211.500,00	206.898,89	-4.601,11	97,82%	3,3%
Transferências correntes	3.737.499,00	3.869.562,87	132.063,87	103,53%	61,3%
Venda de bens e serviços	767.900,00	649.664,79	-118.235,21	84,60%	10,3%
Outras Receitas Correntes	82.200,00	59.705,06	-22.494,94	72,63%	0,9%
Total receitas correntes	5.281.205,00	5.181.584,62	-99.620,38	98,11%	82,1%
Venda de bens de investimento	388.109,00	52.838,20	-335.270,80	13,61%	0,8%
Transferências de capital	1.124.351,00	889.217,11	-235.133,89	79,09%	14,1%
Ativos Financeiros	1.100,00	588,00	-512,00	53,45%	0,0%
Outras Receitas	187.587,00	188.822,10	1.235,10	100,66%	3,0%
Total receitas de capital	1.701.147,00	1.131.465,41	-569.681,59	66,51%	17,9%
Total	6.982.352,00	6.313.050,03	-669.301,97	90,41%	100,0%

A representação do quadro anterior em termos gráficos permite uma melhor visualização da dependência das Transferências do Orçamento de Estado (75,40%). A Venda de Bens e Serviços representa apenas 10% do total da receita, a seguir aparecem os impostos directos com um peso de 5,7%. A restante receita não tem expressão, sendo que os Impostos Indirectos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades não chegam a pesar 1% das receitas.

Gráfico 13 – Comparação de previsão e da execução da receita



Como se pode observar no gráfico, os valores onde a previsão é manifestamente superior à execução é na Venda de Bens de Investimento. O valor executado foi inferior ao previsto em €335.270,80. Ou seja, a previsão de venda de habitação social ficou aquém do esperado.

Quadro 16 – Execução das receitas por natureza – comparação com o ano anterior

Receitas	2014	2015	Variação
Correntes	5.060.442,02 €	5.181.584,62 €	2,39%
Capital	810.300,25 €	942.643,31 €	16,33%
Outras	525.617,73 €	188.822,10 €	-64,08%
Total	6.396.360,00 €	6.313.050,03 €	-1,30%

Quadro 17 – Evolução das receitas 2011 – 2015

RECEITAS	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Impostos diretos	433.717,77	584.836,33	34,84	428.307,64	-26,76	451.714,36	5,46	358.792,42	-20,57
IMI	240.539,42	238.962,81	-0,66	276.831,41	15,85	293.443,44	6,00	298.037,90	1,57
IMT	126.288,17	287.851,01	127,93	84.429,18	-70,67	95.783,32	13,45	0,00	-100,00
Impostos s/ veículos/ IUC	47.751,69	49.813,12	4,32	62.590,42	25,65	56.249,39	-10,13	52.662,34	-6,38
Derrama	19.138,49	8.209,39	-57,11	4.456,63	-45,71	6.238,21	39,98	8.092,18	29,72
Impostos abolidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Impostos indiretos	1.151,55	1.052,78	-8,58	4.183,89	297,41	8.207,55	96,17	8.879,97	8,19
Taxas, multas e outras penalidades	139.330,93	21.076,62	-84,87	19.667,38	-6,69	22.257,18	13,17	28.080,62	26,16
Rendimentos de propriedade	196.639,28	207.457,73	5,50	211.254,10	1,83	216.584,14	2,52	206.898,89	-4,47
Transferências correntes	2.933.617,36	2.865.690,06	-2,32	2.889.216,64	0,82	3.779.532,57	30,82	3.869.562,87	2,38
FEF corrente	2.598.877,48	2.500.151,00	-3,80	2.500.151,00	0,00	3.358.222,00	34,32	3.503.621,00	4,33
Fundo Social Municipal	58.116,00	55.102,00	-5,19	55.102,00	0,00	55.102,00	0,00	63.271,00	14,83
Participação fixa no IRS	60.725,00	67.584,00	11,30	67.584,00	0,00	36.593,00	-45,86	52.307,00	42,94
Outras	215.898,88	242.853,06	12,48	266.379,64	9,69	329.615,57	23,74	250.363,87	-24,04
Venda de bens	210.739,50	195.657,51	-7,16	185.036,75	-5,43	183.557,17	-0,80	212.404,53	15,72
Venda de serviços	105.109,64	229.842,68	118,67	221.376,28	-3,68	233.273,79	5,37	343.027,18	47,05
Rendas	55.790,10	77.852,08	39,54	96.033,80	23,35	94.143,43	-1,97	94.233,08	0,10
Outras receitas correntes	79.178,08	64.409,05	-18,65	92.276,71	43,27	71.171,83	-22,87	59.705,06	-16,11
Total das Receitas Correntes	4.155.274,21	4.247.874,84	2,23	4.147.353,19	-2,37	5.060.442,02	22,02	5.181.584,62	2,39
Venda de bens de investimento	1.004,63	6.017,20	498,95	16.860,38	180,20	25.107,63	48,91	52.838,20	110,45
Transferências de capital	3.278.518,73	3.154.386,21	-3,79	1.579.211,12	-49,94	784.184,62	-50,34	889.217,11	13,39
FEF capital	1.420.721,00	1.346.235,00	-5,24	1.346.235,00	0,00	373.136,00	-72,28	389.291,00	4,33
Outras	1.857.797,73	1.808.151,21	-2,67	232.976,12	-87,12	411.048,62	76,43	499.926,11	21,62
Empréstimo de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Empréstimos m/l prazo	1.344,00	0,00	-100,00	2.016,00	100,00	1.008,00	-50,00	588,00	-41,67
Outras receitas de capital	0,00	0,00	#DIV/0!	8.962,40	#DIV/0!	0,00	-100,00	0,00	#DIV/0!
Total das Receitas de Capital	3.280.867,36	3.160.403,41	-3,67	1.607.049,90	-49,15	810.300,25	-49,58	942.643,31	16,33
Outras	519.152,23	406.352,94	-21,73	109.839,08	-72,97	525.617,73	378,53	188.822,10	-64,08
Total Geral	7.955.293,80	7.814.631,19	-1,77	5.864.242,17	-24,96	6.396.360,00	9,07	6.313.050,03	-1,30



Ao analisarmos os dados do quadro anterior concluímos que a evolução da receita total nos últimos cinco anos tem registado oscilações, sendo que de 2014 para 2015 se mantém quase idêntica, registando um decréscimo de apenas 1,3%.

Nos **impostos diretos** registamos uma quebra de 20% relativamente a 2014, sendo também o valor mais baixo dos últimos cinco anos. Esta quebra fica a dever-se à redução da receita do IMT, uma vez que em 2015 a autarquia não recebeu qualquer verba. O imposto único de circulação regista também uma quebra, mas apenas de 6% relativamente a 2014. O aumento da derrama de quase 30% e do IMI de pouco mais de 1% não foram suficientes, obviamente, para superar a redução de receita do IMT. A acrescentar a este facto temos que considerar que a manter-se em vigor o artigo 81.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estipula a redução, a partir de 2016 das taxas de IMT em um terço, em 2017 de dois terços e a sua extinção em 2018, não devemos mais considerar qualquer verba nos próximos orçamentos relativamente a esta receita. O IMT representava, em termos médios, cerca de € 100.000,00 de receita.

Os **impostos indiretos** registaram um aumento de 8% relativamente a 2014, sendo que a rubrica que contribuiu para esse aumento foi a receita de “Loteamentos e Obras” com € 6.533,51, aparecendo a seguir a “Taxa Municipal de Direitos de Passagem” com € 908,02. Os impostos indiretos englobam as receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais.

Relativamente às **taxas, multas e outras penalidades** o aumento registado é de 26%, o qual fica a dever-se, novamente, a “Loteamentos e Obras” e também à receita das “Taxas de Recursos Hídricos” (água e saneamento). No grupo das “Taxas” inclui-se os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei. No grupo das “Multas e outras penalidades” engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

No que respeita aos **rendimentos de propriedade**, o valor recebido tem-se mantido mais ao menos idêntico ao longo dos anos, pouco mais de €200.000,00. Este valor representa a renda paga pela EDP pela concessão da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e da rede de iluminação pública do Município de Alter do Chão.

As **transferências correntes** aumentaram 2% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi originado por um aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro em 4%, bem como por um aumento do Fundo Social Municipal em 14% mas, principalmente, pelo aumento de 42% da participação no IRS, ainda que, relativamente a este último, o município tenha aprovado a devolução de metade do valor da receita passível de arrecadação aos respetivos municípios. As outras receitas enquadradas nas transferências correntes registaram uma quebra de 24% relativamente ao ano anterior e dizem respeito, na sua maioria, à comparticipação do IEFP em contratos de emprego inserção (beneficiários do subsídio de desemprego, beneficiários do rendimento social de inserção).



A receita da **venda de bens** regista um aumento de 15% sendo que a maior receita aqui registada é a venda de água aos munícipes e representa € 206.523,62 do total da receita de € 212.404,53. No ano 2015 o tarifário foi alvo de uma revisão de acordo com as orientações da ERSAR, nomeadamente a preconizada na recomendação tarifária n.º 1/2009. Recomendação esta que determina que as prestações a fixar pelos municípios relativas aos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão dos resíduos urbanos garantam a cobertura dos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses mesmos serviços.

Também na **venda de serviços** registamos um aumento significativo da receita, 47%. Para este aumento contribuiu o aumento dos preços ao nível do saneamento e recolha de resíduos sólidos também aqui por força das orientações da ERSAR mencionadas no parágrafo anterior. Inclui-se também nesta rubrica a receita cobrada nos museus e recintos desportivos do município.

No que respeita à **receita das rendas**, quer das habitações, quer das lojas ou ainda dos recintos que se encontram concessionados, o valor manteve-se praticamente idêntico ao do ano anterior, € 94.233,08, o qual representou uma taxa de execução em relação ao previsto em orçamento de 87%.

As **outras receitas correntes** registaram uma quebra de 16% relativamente a 2014. Esta quebra está diretamente relacionada com o facto de, em setembro de 2015, o valor das refeições escolares que era cobrado aos alunos do ensino pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico passar a ser cobrado diretamente no agrupamento de escolas, deixando o município de receber essa receita. A quase totalidade desta receita em 2015 tem origem na chamada quota de disponibilidade incluída na fatura da água apresentada aos munícipes.

Na **venda de bens de investimento** verificou-se um acréscimo de 110% relativamente a 2014, embora em termos de valor estejamos a falar de apenas € 52.838,20, este valor reflete a venda de habitação e lojas. Em concreto foram vendidas quatro casas de habitação social, uma no bairro do IRHU na Chança, uma no bairro do IRHU na Cunheira e duas no bairro do IRHU em Alter e uma loja em Alter do Chão. Das habitações vendidas apenas uma foi a pronto pagamento, a qual representou uma receita de € 25.364,96, todas as outras foram vendidas em prestações representando uma receita pouco significativa para o município.

Quanto às **transferências de capital** registamos um aumento de 4% no Fundo de Equilíbrio Municipal de capital.

Nas **outras transferências de capital** o aumento verificado relativamente a 2014 foi de 21%. Esta receita refere-se ao cofinanciamento dos projetos apresentados no âmbito do QREN. A verba inscrita na dotação corresponde aos valores a receber à data de elaboração do orçamento e é superior ao valor recebido, uma vez que à data da finalização das candidaturas é sempre retido 5% do valor FEDER cofinanciado.

Nos **empréstimos de médio/longo prazo** regista-se uma redução de 41%. Está aqui refletido o pagamento mensal referente ao empréstimo concedido no âmbito do FAME por parte do único candidato que apresentou candidatura enquadrável neste tipo de apoio. Este apoio/empréstimo ficou totalmente amortizado em 2015.

5.4 – Execução orçamental da despesa

A Despesa Total efetuada foi de € 5.939.501,63, representando uma execução do orçamento de despesa de 85%.

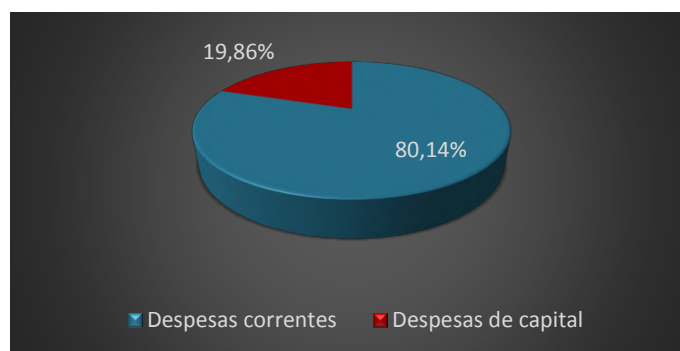
O quadro abaixo mostra a execução das despesas por natureza: as despesas correntes efetuadas foram no valor de € 4.760.140,15, representando um grau de execução de 88%, as despesas de capital foram de € 1.179.361,48, atingindo um grau de execução de 72%.

Quadro 18 – Execução das despesas por natureza e grau de execução

Despesas	Orçado	Executado	Diferença	Grau de Execução
Correntes	5.366.200,30 €	4.760.140,15 €	-606.060,15 €	88,71%
Capital	1.616.151,70 €	1.179.361,48 €	-436.790,22 €	72,97%
Total	6.982.352,00 €	5.939.501,63 €	-1.042.850,37 €	85,06%

O gráfico seguinte permite uma melhor visualização da distribuição das despesas por natureza económica. As despesas correntes representam 80% do total das despesas, as despesas de capital representam apenas 20%.

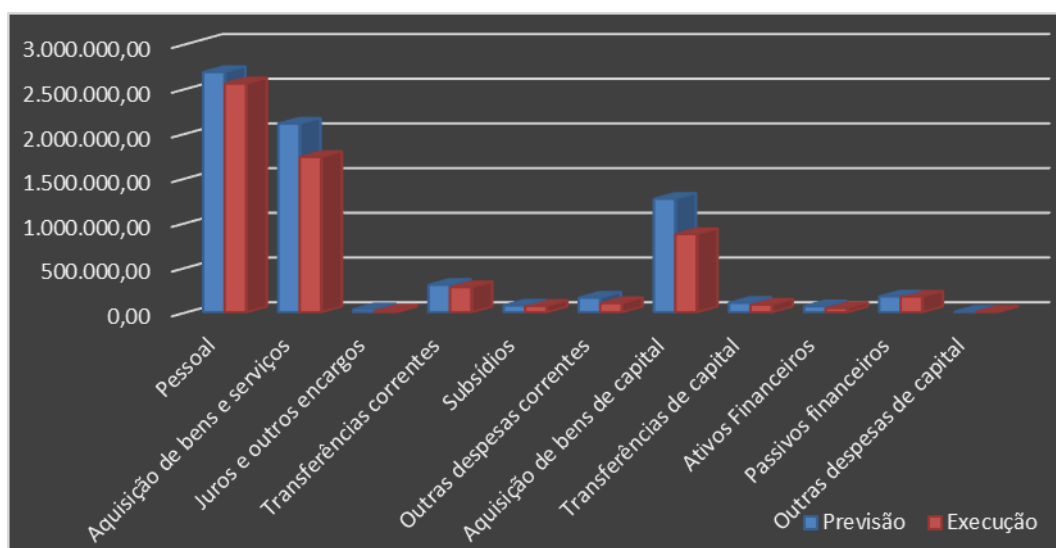
Gráfico 14 – Peso das despesas correntes e de capital na despesa total



Da análise do quadro 19 constatamos que as despesas com pessoal assumem o maior peso na despesa total, representando 43%. A seguir está a aquisição de bens e serviços com 29%, aparecendo em seguida a aquisição de bens de capital com 14%. As restantes rubricas da despesa têm pouco significado em termos de peso na despesa total, não querendo com isto dizer que em termos de valor absoluto o mesmo não represente valor a considerar.

Quadro 19 – Execução das despesas correntes e de capital

	Previsão	Execução	Diferença	Grau execução %	Peso na despesa total %
Pessoal	2.684.499,00	2.556.935,11	-127.563,89	95,25%	43,05%
Aquisição de bens e serviços	2.108.168,50	1.734.728,48	-373.440,02	82,29%	29,21%
Juros e outros encargos	31.422,00	19.375,90	-12.046,10	61,66%	0,33%
Transferências correntes	305.687,50	278.400,89	-27.286,61	91,07%	4,69%
Subsídios	74.500,00	70.505,84	-3.994,16	94,64%	1,19%
Outras despesas correntes	161.923,30	100.193,93	-61.729,37	61,88%	1,69%
Total despesas correntes	5.366.200,30	4.760.140,15	-606.060,15	88,71%	80,14%
Aquisição de bens de capital	1.266.444,70	872.383,37	-394.061,33	68,88%	14,69%
Transferências de capital	104.334,00	83.327,23	-21.006,77	79,87%	1,40%
Ativos Financeiros	65.473,00	45.473,00	-20.000,00	69,45%	0,77%
Passivos financeiros	175.500,00	173.831,68	-1.668,32	99,05%	2,93%
Outras despesas de capital	4.400,00	4.346,20	-53,80	98,78%	0,07%
Total despesas de capital	1.616.151,70	1.179.361,48	-436.790,22	72,97%	19,86%
Total	6.982.352,00	5.939.501,63	-1.042.850,37	85,06%	100,00%

Gráfico 15 – Comparação de previsão e da execução da despesa


Pela observação do gráfico acima confirmamos o já mencionado relativamente à componente da despesa com maior valor, Pessoal. Conseguimos ter uma maior perceção de que o valor previsto em orçamento em cada componente é muito realista uma vez que é praticamente igual ao valor executado, ficando fora desta observação a aquisição de bens e serviços (correntes) e a aquisição de bens de capital, onde, efetivamente, a previsão ficou bastante acima do executado, €373.440,02 e €394.061,33, respetivamente.

Quadro 20 – Execução das despesas por natureza – comparação com o ano anterior

Despesas	2014	2015	Varição
Correntes	4.855.052,67 €	4.760.140,15 €	-1,95%
Capital	1.364.220,33 €	1.179.361,48 €	-13,55%
Total	6.219.273,00 €	5.939.501,63 €	-4,50%



Quadro 21 – Evolução das despesas 2011 – 2015

DESPESAS	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Pessoal	2.707.669,52	2.423.233,12	-10,50	2.620.395,50	8,14	2.645.501,77	0,96	2.556.935,11	-3,35
Aquisição de Bens	505.566,41	366.143,45	-27,58	345.933,65	-5,52	673.072,04	94,57	685.164,35	1,80
Aquisição de serviços	980.742,98	939.532,49	-4,20	806.741,46	-14,13	969.113,04	20,13	1.049.564,13	8,30
Encargos financeiros (juros)	29.651,05	31.623,87	6,65	20.395,46	-35,51	24.084,54	18,09	19.375,90	-19,55
Transferências correntes	287.807,92	245.650,18	-14,65	241.753,25	-1,59	373.122,42	54,34	278.400,89	-25,39
Transferências p/ freguesias	9.541,17	3.296,12	-65,45	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. p/ Instituições sem fins lucrativos	268.041,28	228.690,75	-14,68	187.860,39	-17,85	175.424,31	-6,62	224.184,74	27,80
Outras	10.225,47	13.663,31	33,62	53.892,86	294,43	197.698,11	266,84	54.216,15	-72,58
Subsídios	71.902,05	49.841,56	-30,68	78.047,16	56,59	103.878,12	33,10	70.505,84	-32,13
Outras despesas correntes	46.500,12	72.484,22	55,88	55.229,64	-23,80	66.280,74	20,01	100.193,93	51,17
Total das despesas correntes	4.629.840,05	4.128.508,89	-10,83	4.168.496,12	0,97	4.855.052,67	16,47	4.760.140,15	-1,95
Investimentos	2.555.444,89	3.017.415,15	18,08	708.921,71	-76,51	780.754,33	10,13	786.960,79	0,79
Terrenos	0,00	871,47	100,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitacões	329.903,80	102.848,59	-68,82	35.229,48	-65,75	20.975,07	-40,46	38.922,05	85,56
Outros edifícios	937.982,98	1.915.879,11	104,26	251.552,99	-86,87	113.274,99	-54,97	24.843,27	-78,07
Construções diversas	879.437,30	626.182,35	-28,80	236.135,09	-62,29	446.957,04	89,28	545.607,45	22,07
Material de transporte	29.223,06	30.561,89	4,58	65.588,49	114,61	59.945,37	-8,60	57.045,98	-4,84
Maquinaria e equipamento	134.582,71	97.638,36	-27,45	116.838,70	19,66	136.445,26	16,78	108.917,78	-20,17
Outros	244.315,04	243.433,38	-0,36	3.576,96	-98,53	3.156,60	-11,75	11.624,26	268,25
Locação Financeira	39.336,50	39.626,26	0,74	87.842,23	121,68	91.513,19	4,18	85.422,58	-6,66
Transferências de capital	188.162,17	220.875,26	17,39	341.498,01	54,61	320.507,61	-6,15	83.327,23	-74,00
Transferências p/ freguesias	22.000,00	85.000,00	286,36	80.000,00	-5,88	45.000,00	-43,75	30.000,00	-33,33
Transf. p/ Instituições sem fins lucrativos	151.733,69	95.765,89	-36,89	144.191,49	50,57	264.042,14	83,12	30.512,76	-88,44
Outras	14.428,48	40.109,37	177,99	117.306,52	192,47	11.465,47	-90,23	22.814,47	98,98
Activos financeiros	5.000,00	0,00	-100,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00	45.473,00	100,00
Passivos financeiros	206.080,07	185.729,36	-9,88	169.532,53	-8,72	171.445,20	1,13	173.831,68	1,39
Amortizações de empréstimos	206.080,07	185.729,36	-9,88	169.532,53	-8,72	171.445,20	1,13	173.831,68	1,39
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.346,20	100,00
Total das despesas de capital	2.994.023,63	3.463.646,03	15,69	1.307.794,48	-62,24	1.364.220,33	4,31	1.179.361,48	-13,55
Total Geral	7.623.863,68	7.592.154,92	-0,42	5.476.290,60	-27,87	6.219.273,00	13,57	5.939.501,63	-4,50

Ao analisarmos os dados do quadro anterior verificamos que, tal como acontece com os valores da receita, também na despesa total a evolução tem registado oscilações, verificando-se um decréscimo de 4,5% de 2014 para 2015.

Nas **despesas com pessoal** registou-se uma pequena redução de 3%, que ficou a dever-se à saída de uma chefia intermédia de 2.º grau, um técnico superior e dois assistentes operacionais.

No que respeita à **aquisição de bens**, o valor é ligeiramente superior ao de 2014, não chegando a aumentar 2%, no entanto, devemos ter em conta que nesta componente da despesa é registada a compra de água em alta e, que esse valor foi, em 2015, € 371.500,87, representando 54% do total da despesa da aquisição de bens. Esta situação fica a dever-se ao facto de a partir de março de 2015 se ter começado a pagar as prestações constantes do acordo celebrado com as Águas do Norte Alentejano, S.A. (agora Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.).



Na **aquisição de serviços** também é registado um pequeno aumento de 8% relativamente a 2014. Nesta rubrica da despesa são registados os encargos das instalações, que dizem respeito à iluminação pública e à energia elétrica e que totalizou € 256.382,02 em 2015, são também registados os gastos com a recolha de resíduos sólidos que perfizeram o valor de € 63.506,50 e o pagamento pelo serviço de saneamento no montante de €221.020,05. Estes três valores representam 52% do total gasto em aquisição de serviços.

Na rubrica **encargos financeiros** registámos o valor mais baixo dos últimos cinco anos, €19.375,90. A verba respeitante a empréstimos de médio e longo prazos foi apenas de €5.136,44, o que pode ser explicado por duas razões, uma a descida da taxa de juro dos empréstimos e outra, o facto de seis dos catorze empréstimos do município ficarem totalmente amortizados em 2016, pelo que, nesta data, o valor em dívida é já muito reduzido. Foram pagos €11.017,94 de juros relativos aos equipamentos adquiridos através de locação financeira já mencionados. Ainda foi regularizada uma situação que se encontrava pendente de registo há já alguns anos relativa aos juros do último empréstimo de curto prazo contratado pelo município.

A verba transferida para **instituições sem fins lucrativos** aumentou 27% relativamente ao ano anterior. Do valor total, 43% corresponde aos pagamentos efetuados à ADI-TC no âmbito dos protocolos do Alter +, Educar + e Apoiar +. Engloba-se aqui também o valor transferido para a Associação Humanitária de Bombeiros no âmbito do protocolo da Linha Azul, no montante de € 40.000,00. O quadro seguinte mostra quais as verbas transferidas para cada instituição.

Quadro 22 – Verba transferida por cada Instituição

Designação	Valor
Associação de Desenvolvimento Integrado Terras do Condestável	95.863,66
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alter do Chão	40.000,00
Banda Municipal Alterense	15.000,00
Associação Desportiva de Alter	12.400,00
Grupo Alterense de Cultura	11.216,00
Coral Polifónico de Alter	8.000,00
Rancho Folclórico "As Ceifeiras" de Alter do Chão	7.000,00
Grupo de Forcados Amadores de Alter do Chão	6.000,00
Alter Real BTT	5.250,00
Universidade Sénior	5.000,00
Associação Amigos da Revista e do Fado	4.000,00
Associação de Trabalhadores da Câmara Municipal de Alter do Chão	3.035,08
Associação para a Defesa do Património Cultural, Arqueológico e Urbano	2.000,00
Associação do Cão da Serra de Aires	2.000,00
Tertúlia Troféu - Associação Cultural	2.000,00
Associação Percurso Futuro	2.000,00
Agrupamento de Escolas de Alter do Chão	1.320,00
Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão	850,00
Confraria do Senhor Jesus do Outeiro	750,00
Pára Clube Nacional "Os Boínas Verdes"	500,00
Total	224.184,74



Nas **outras transferências correntes** encontramos registados os valores pagos aos estudantes universitários que se candidataram a bolsa de estudo no ano letivo 2014/2015, no montante de €32.320,00. Estão registados os valores pagos no âmbito dos auxílios económicos aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, no montante de €2.919,32. Enquadra-se também nesta rubrica o pagamento da bolsa de estágio dos programas do IIEFP, que totalizou € 11.696,43 em 2015. Por último, o restante valor, €7.280,40, diz respeito à comparticipação do município em várias candidaturas promovidas pela CIMAA, como por exemplo os Jogos do Norte Alentejano, o Circuito de BTT, a prestação de serviços de Apoio ao Desenvolvimento da Intervenção Territorial do Alto Alentejo 2014-2020, a prestação de serviços para Desenvolvimento do Plano de Ação de Suporte à Intervenção Territorial Integrada do Alto Alentejo e a candidatura SAMAA.

Na rubrica denominada **subsídios** são registadas dois tipos de despesas: a que corresponde ao apoio às despesas de saúde dos idosos e o subsídio pago no âmbito dos programas de emprego e inserção do IIEFP. Assim, a redução de 32% registada ficou a dever-se à redução do número de indivíduos a trabalhar na autarquia ao abrigo daqueles programas, tendo em conta que alguns projetos, nomeadamente, os estágios profissionais, que tiveram lugar em 2014 não tiveram continuidade em 2015.

As **outras despesas correntes** registaram um aumento de 51%. São aqui registadas despesas como o IVA, € 9.671,10, o qual registou uma redução em relação a 2014 de 60%, os serviços bancários, €11.530,95, que registaram um aumento de 130% relativamente ao ano anterior, quotizações no montante de €28.728,21, os juros relativos ao pagamento do acordo com as Águas do Norte Alentejano, S.A. (atualmente Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.), €17.163,05 e custas judiciais no valor de €3.051,79.

Ao nível da despesa em **habitações** registou-se um aumento de 85%, o que ficou a dever-se ao facto de se ter adquirido um prédio urbano sito na rua Almirante José António de Azevedo Coutinho, o qual confina com a Fonte Renascentista. A aquisição foi realizada pelo montante de €31.302,94, conforme deliberação do órgão executivo de 4 de maio de 2015.

Em **outros edifícios** registou-se uma redução da despesa em 78%. A verba maior incluída nesta despesa é referente à empreitada de demolição/construção de muros laterais da antiga escola primária de Cunheira, € 8.442,51.

A rubrica **construções diversas**, ao contrário da anterior, regista um aumento de 22%. Do valor total pago €309.451,54 respeita à empreitada da cobertura da Casa da Medusa e €73.850,20 à empreitada de tratamento do mosaico figurativo da Villa Romana da Casa da Medusa, ou seja, 70% da despesa desta rubrica.

Em **material de transporte** regista-se um valor praticamente idêntico ao do ano anterior com uma redução de quase 5%. Os dois valores mais elevados incluídos nesta despesa são €11.000,00 gastos na aquisição de uma viatura de caixa aberta e €16.209,49 gastos na reparação de uma máquina niveladora.



Na classificação de **maquinaria e equipamento** registou-se uma redução de 20%. Inclui-se aqui despesa em material informático e software que no ano 2015 atingiu €58.368,09, conforme explicação no penúltimo parágrafo da página 26, o que representa 54% desta despesa.

Na rubrica denominada **outros investimentos** registou-se um aumento de 268%, embora em termos absolutos se esteja a falar de €11.624,26. Enquadra-se despesa como por exemplo mobiliário diverso €5.166,00 e sistema de gravação móvel €4.437,45.

Na **locação financeira** o valor é ligeiramente inferior ao de 2014 (6%) visto ter finalizado o pagamento da retroescavadora, tal como mencionado atrás na página 26.

No que respeita às **transferências para as freguesias** há uma redução de valor (-33%) comparativamente com 2014, por duas razões: por um lado, porque só foi transferida verba para as três freguesias rurais, €10.000,00, para cada uma, pois a junta de freguesia de Alter do Chão não solicitou qualquer apoio, tendo inclusivamente restituído o apoio transferido em 2014, como já foi referido atrás, por outro lado, também não houve lugar a outros apoios às freguesias, ao abrigo de outros protocolos, como foi o caso, em 2014, da empreitada de requalificação do mercado e reabilitação do lavadouro de Chança.

As **transferências para instituições sem fins lucrativos** registou uma redução bastante acentuada em relação a 2014, 88%. Em 2015 foram transferidos apenas €30.512,76 contra os €264.042,14 de 2014. Assim, para a Associação Humanitária de Bombeiros transferiu-se €10.000,00 a título de apoio financeiro para transformação de veículo de combate a incêndios em veículo de apoio ao comando, para a Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão €15.512,76 como apoio financeiro para a execução da obra da rede de oxigénio e vácuo e otimização das calhas técnicas sobranceiras às camas da U.C.C.I..

Nas **outras transferências de capital** contabiliza-se as verbas pagas pela comparticipação do município nas candidaturas promovidas pela CIMAA, conforme quadro n.º 9 constante na página 19.

Os **ativos financeiros** no valor de €45.473,00 respeitam ao valor que o município terá que entregar ao Estado, por ano, durante sete anos, no âmbito do FAM. O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos Municípios, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho).

Na **amortização de empréstimos** o valor é, praticamente, idêntico ao do ano anterior, €173.831,68.

Nas **outras despesas de capital** está registada uma verba que foi devolvida ao IFAP relativa à candidatura da obra do mercado municipal por componentes que não foram consideradas elegíveis.



5.5 – Saldo para a gerência seguinte

Quadro 23 – Fluxos de caixa

Recebimentos		
Saldo da gerência anterior		375.488,20
Execução orçamental	177.087,00	
Operações de tesouraria	198.401,20	
Total das receitas orçamentais		6.135.963,03
Receitas correntes	5.181.350,68	
Receitas de capital	942.877,25	
Outras receitas	11.735,10	
Operações de tesouraria		530.397,74
Total		7.041.848,97

Pagamentos		
Total das despesa orçamentais		5.939.501,63
Despesas correntes	4.760.140,15	
Despesas de capital	1.179.361,48	
Operações de tesouraria		554.770,37
Saldo para a gerência seguinte		547.576,97
Execução orçamental	373.548,40	
Operações de tesouraria	174.028,57	
Total		7.041.848,97

O quadro anterior mostra-nos o valor que transitou de 2014 para 2015, € 375.488,20, separado por execução orçamental e operações de tesouraria, estas últimas correspondem a valores recebidos ou retidos para entregar a terceiros, nomeadamente, ao Estado.

Depois os valores recebidos no decorrer de 2015 constantes no mapa de controlo orçamental da receita.

Por outro lado apresenta os pagamentos divididos em despesas correntes e de capital, conforme mapa de controlo orçamental da despesa, bem como as operações de tesouraria.

Por fim, é apresentado o saldo para a gerência seguinte, no valor de € 547.576,97, conforme consta na conta de disponibilidades do balanço.



5.6 – Indicadores de gestão

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade.

Quadro 24 – Indicadores de gestão (Receita)

Indicadores de Gestão		2012		2013		2014		2015	
1	Receita Própria	1.388.201,98	17,8%	1.285.975,33	21,9%	1.307.025,08	20,4%	1.365.447,95	21,6%
	Receita Total	7.814.631,19		5.864.242,17		6.396.360,00		6.313.050,03	
2	Impostos Diretos	584.836,33	7,5%	428.307,64	7,3%	451.714,36	7,1%	358.792,42	5,7%
	Receita Total	7.814.631,19		5.864.242,17		6.396.360,00		6.313.050,03	
3	Vendas de Bens e Serviços	503.352,27	6,4%	502.446,83	8,6%	510.974,39	8,0%	649.664,79	10,3%
	Receita Total	7.814.631,19		5.864.242,17		6.396.360,00		6.313.050,03	
4	FEF	3.846.386,00	49,2%	3.846.386,00	65,6%	3.731.358,00	58,3%	4.008.490,00	63,5%
	Receita Total	7.814.631,19		5.864.242,17		6.396.360,00		6.313.050,03	
5	Fundos Comunitários	1.808.151,21	23,1%	232.976,12	4,0%	344.316,73	5,4%	499.926,11	7,9%
	Receita Total	7.814.631,19		5.864.242,17		6.396.360,00		6.313.050,03	
6	Pessoal	2.423.233,12	96,9%	2.620.395,50	104,8%	2.645.501,77	78,8%	2.556.935,11	70,6%
	FEF Corrente	2.500.151,00		2.500.151,00		3.358.222,00		3.619.199,00	
7	Aquisição de Bens e Serviços	1.301.676,88	52,1%	1.152.675,11	46,1%	1.638.644,57	48,8%	1.731.014,54	47,8%
	FEF Corrente	2.500.151,00		2.500.151,00		3.358.222,00		3.619.199,00	
8	Transferências para as Freguesias	88.296,12	3,5%	80.000,00	3,2%	45.000,00	1,3%	30.000,00	0,8%
	FEF Corrente	2.500.151,00		2.500.151,00		3.358.222,00		3.619.199,00	
9	Juros +Amortizações	217.353,23	8,7%	189.927,99	7,6%	195.529,74	5,8%	193.207,58	5,3%
	FEF Corrente	2.500.151,00		2.500.151,00		3.358.222,00		3.619.199,00	
10	Investimentos	3.017.415,15	224,1%	708.921,71	52,7%	780.754,33	209,2%	872.383,37	224,1%
	FEF Capital	1.346.235,00		1.346.235,00		373.136,00		389.291,00	

Pela observação do quadro verificamos que o peso dos **impostos diretos** na receita total reduziu, o que ficou a dever-se à inexistência de receita de IMT.

A receita de **venda de bens e serviços** aumentou o peso na receita total, o que pode ser explicado pela alteração dos tarifários de água, saneamento e recolha de resíduos, que trouxeram, efetivamente, uma maior receita ao município.

O valor recebido por parte dos **fundos comunitários** foi superior ao recebido em 2014 em cerca de €155.000,00. Uma vez que existe uma ligeira redução da receita total, o peso da receita das candidaturas é superior ao de 2014.

As **despesas com pessoal** registam uma redução do peso no FEF corrente, por um lado, porque as despesas com pessoal diminuíram em €88.566,66 e, por outro lado, o FEF corrente aumentou em €260.977,00. O valor do FEF corrente é mais do que suficiente para pagar as despesas com pessoal.

A despesa em **aquisição de bens e serviços** aumentou cerca de €100.000,00, mas como o valor do FEF corrente também aumentou, o rácio regista uma ligeira redução.



Quadro 24 – Indicadores de gestão (Despesa)

Indicadores de Gestão		2012	2013	2014	2015
1	Receita Total	7.814.631,19	5.864.242,17	6.396.360,00	6.313.050,03
	Despesa Total	7.592.154,92	5.476.290,60	6.219.273,00	5.939.501,63
		102,9%	107,1%	102,8%	106,3%
2	Pessoal	2.423.233,12	2.620.395,50	2.645.501,77	2.556.935,11
	Despesa Total	7.592.154,92	5.476.290,60	6.219.273,00	5.939.501,63
		31,9%	47,8%	42,5%	43,0%
3	Remunerações Certas e Permanentes	1.935.335,24	2.019.089,82	1.964.001,35	1.937.101,34
	Despesa Total	7.592.154,92	5.476.290,60	6.219.273,00	5.939.501,63
		25,5%	36,9%	31,6%	32,6%
4	Aquisição de Bens e Serviços	1.301.676,88	1.152.675,11	1.638.644,57	1.731.014,54
	Despesa Total	7.592.154,92	5.476.290,60	6.219.273,00	5.939.501,63
		17,1%	21,0%	26,3%	29,1%
5	Transferências para as Freguesias	88.296,12	80.000,00	45.000,00	30.000,00
	Despesa Total	7.592.154,92	5.476.290,60	6.219.273,00	5.939.501,63
		1,2%	1,5%	0,7%	0,5%
6	Investimento	3.017.415,15	708.921,71	780.754,33	786.960,79
	FEF Capital	1.346.235,00	1.346.235,00	373.136,00	389.291,00
		224,1%	52,7%	209,2%	202,2%
7	Fundos Comunitários	1.808.151,21	232.976,12	344.316,73	499.926,11
	Investimento	3.017.415,15	708.921,71	780.754,33	786.960,79
		59,9%	32,9%	44,1%	63,5%
8	Receita Própria	1.388.201,98	1.285.975,33	1.307.025,08	1.365.447,95
	Despesas de Funcionamento	1.374.161,10	1.207.904,75	1.704.925,31	1.831.208,47
		101,0%	106,5%	76,7%	74,6%

O indicador que nos mostra a cobertura das despesas pelas receitas totais regista um aumento de 4% relativamente a 2014.

No que respeita ao peso das **despesas com pessoal** na despesa total observamos um ligeiro aumento de 0,5% o que fica a dever-se à diminuição da despesa total.

O peso das **remunerações certas e permanentes** na despesa total aumentou 1%, não por força de aumento de remunerações, uma vez que estas registam uma diminuição de €26.900,01, mas por força da redução da despesa total em €279.771,37.

A **aquisição de bens e serviços**, que já tinha aumentado em 2014, volta a aumentar em 2015. Este registo está diretamente relacionado com o pagamento de faturas de fornecimento de água.

Tal como já tinha acontecido em 2014, o financiamento do **investimento** feito pelo Município não provém na sua totalidade das transferências do Estado. Em 2014 com a descida do FEF de Capital este indicador disparou para 209,24%, voltando a registar um valor acima dos 200% em 2015.

O valor dos **fundos comunitários** no total do investimento representa pouco mais de 50%, ainda assim um valor superior ao dos dois anos anteriores.

No último indicador verifica-se que a **Receita Própria** do Município não é suficiente para cobrir as despesas de funcionamento devido ao aumento destas últimas. As despesas de funcionamento são as despesas que o Município tem de suportar com a sua estrutura fixa, não incluindo a despesa com pessoal.

6 – Investimento

6.1 – Estrutura do investimento

Quadro 25 – Distribuição do Investimento por rubrica

	Valor	%
Habituação - Aquisição	31.302,94 €	3,98%
Habituação - Reparação e beneficiação	7.619,11 €	0,97%
Mercados e instalações de fiscalização sanitária	1.446,30 €	0,18%
Escolas	17.286,21 €	2,20%
Outros	6.110,76 €	0,78%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	61.128,96 €	7,77%
Sistemas de drenagem de águas residuais	72.130,85 €	9,17%
Iluminação pública	950,03 €	0,12%
Captação e distribuição de água	5.621,18 €	0,71%
Sinalização e trânsito	5.020,98 €	0,64%
Outras construções	400.755,45 €	50,92%
Material de transporte	57.045,98 €	7,25%
Equipamento informático	5.748,69 €	0,73%
Software	52.619,40 €	6,69%
Equipamento administrativo	1.067,64 €	0,14%
Equipamento de recolha de resíduos	2.435,40 €	0,31%
Outro equipamento básico	44.289,53 €	5,63%
Ferramentas e utensílios	2.090,45 €	0,27%
Artigos e objetos de valor	666,67 €	0,08%
Outros investimentos	11.624,26 €	1,48%
Investimento Total	786.960,79 €	100%

A rubrica de investimento com maior valor é a de **Outras Construções**, com 50% do valor total do investimento, em que €383.301,74 respeitam às obras e cobertura do mosaico, €14.391,00 ao pagamento da última parte do Estudo Hidrogeológico com vista à delimitação dos perímetros de proteção das 24 captações de água do município, e ainda €3.072,71 ao pagamento da última prestação do Plano de Urbanização da Vila de Alter do Chão.

A seguir aparecem os **Sistemas de Drenagem de Águas Residuais** com €72.130,85, correspondendo a 9% do investimento. O total desta verba foi englobada no projeto de melhoramento da rede pluvial existente em Alter do Chão, ou seja, a empreitada de Beneficiação/Construção de Sistemas de Drenagem da Rua da Corredoura e da antiga E.N. 369 em Alter do Chão.

Aparece depois o projeto “**Viadutos, arruamentos e obras complementares**” com €61.128,96 e um peso de quase 8% no investimento, onde se enquadra a despesa de três projetos. O primeiro com €31.794,72 é a empreitada para Levantamento e Reposição de Calçadas em Diversos Arruamentos de Alter do Chão, o segundo com €26.468,24 é a empreitada para Arranjo Paisagístico do Espaço Público situado no Entroncamento entre a Rua da Liberdade e a Rua 5 de Outubro em Seda e, por último, com €2.865,90 pequenas obras de urbanização no concelho.

Temos a seguir o **Material de Transporte** com €57.045,98 e um peso de 7,25%. Os dois investimentos de maior valor que aqui se enquadram são: Aquisição e Grande Reparação de Material de Transporte com €42.393,38 e aquisição de Viatura de Caixa Aberta €11.000,00.

A rubrica de **investimento** que aparece a seguir nesta ordem decrescente de valor é aquisição de Software com €52.619,40, à qual corresponde um peso de 6,69%. A totalidade do valor reporta-se à aquisição de Software de Gestão Documental com Modelador de Processos (BPM), no âmbito da componente ERP e Software para Implementação da Intranet do Município, no âmbito da intranet corporativa, ambas englobadas na candidatura SAMAA cujo promotor foi a CIMAA, comparticipada a 85% (€43.869,18,00).

Na rubrica de **Outro Equipamento Básico** com €44.289,53 e um peso de 5,63%, enquadra-se uma grande reparação de maquinaria no valor de €24.584,01.

O gráfico seguinte permite uma visualização diferente do quadro 19 e do que atrás fica escrito.

Gráfico 16 – Investimento por rubrica



6.2 – Evolução do investimento

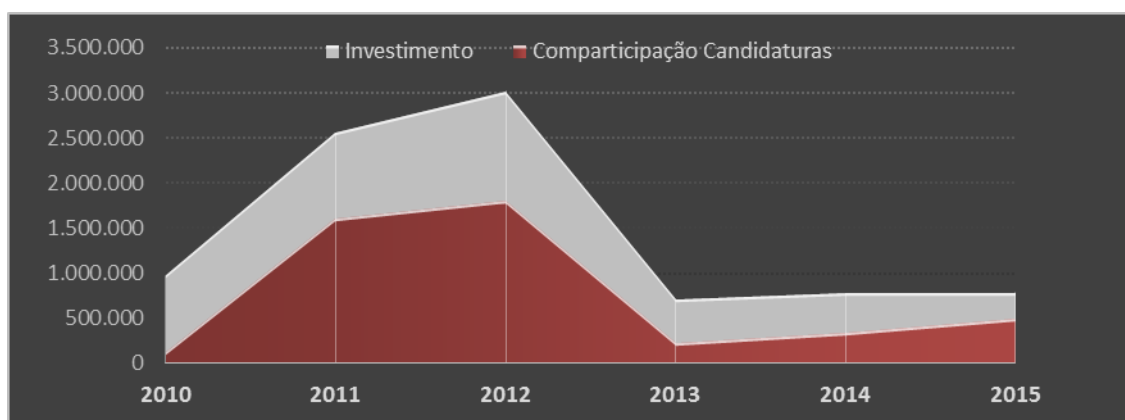
Quadro 26 – Investimento bruto e investimento líquido

Ano	Investimento Bruto	Investimento Líquido	Investimento Líquido/ Investimento Bruto
2009	1.290.442,06	424.295,80	32,88
2010	973.264,41	947.202,01	97,32
%	-24,58	123,24	---
2011	2.555.444,89	793.905,76	31,07
%	162,56	-16,18	---
2012	3.017.415,15	1.209.263,94	40,08
%	18,08	52,32	---
2013	708.921,71	475.945,59	67,14
%	-76,51	-60,64	---
2014	780.754,33	436.437,60	55,90
%	10,13	-8,30	---
2015	786.960,79	287.034,68	36,47
%	0,79	-34,23	---

Nota: Investimento Líquido=Investimento bruto-Empréstimos-Fundos Comunitários ou nacionais.

A partir do quadro anterior verificamos que o investimento regista grandes oscilações muito em função das verbas dos quadros comunitários. Assim, 2013 foi o último ano do QREN e o valor dos fundos comunitários foi apenas de €232.900, 2014 foi o primeiro ano do Portugal 2020, mas as verbas recebidas (€344.000) ainda diziam respeito ao QREN, pois não houve candidaturas ao novo quadro comunitário. Em 2015 continuou a ser um ano de preparação do quadro comunitário com muito pouco investimento e as verbas recebidas ainda eram referentes a candidaturas do quadro anterior.

Gráfico 17 – Evolução do Investimento Bruto





7 – Apoios comunitários

O quadro abaixo mostra, relativamente às candidaturas efetuadas, os montantes recebidos durante o ano de 2015 e a proveniência dessa mesma receita. Comparando com 2014, o valor recebido foi superior em € 155.609,38.

Quadro 27 – Valores recebidos por candidatura

Designação	FEDER/FEADER			
	Aprovado	Recebido até 2015	Recebido 2015	A receber
Reabilitação e Adaptação do Antigo Edifício dos Bombeiros Voluntários de Alter do Chão	907.081,00	861.604,39	45.354,04	122,57
Qualificação Urbana do Aglomerado de Cunheira	247.193,58	234.802,28		12.391,30
Qualificação Urbana do Aglomerado de Seda	362.829,70	344.608,79		18.220,91
Gestão dos Recursos Hídricos _ Barragem do Zambujo	62.580,40	59.451,38		3.129,02
Qualificação do Ambiente Urbano da vila de Alter do Chão	167.740,50	138.524,79		29.215,71
Estação Arqueológica de Alter do Chão - Cobertura Casa da Medusa	343.096,28	39.936,39	296.692,35	6.467,54
Remodelação e Instalação de Serviços de Apoio ao Visitante na Casa do Álamo	292.769,72	278.130,95	14.638,48	0,29
Centro Escolar de Alter do Chão	1.440.537,63	1.365.752,03	71.381,48	3.404,12
VIA HADRIANA - 1ª Fase	79.874,42	77.001,64	2.872,78	0,00
Piscina Descoberta de Alter do Chão	88.904,79	88.904,76		0,03
Parque Desportivo de Alter do Chão	182.600,06	182.600,06		0,00
Beneficiação de Troços da Rede Viária Municipal	397.216,65	363.644,22	33.572,43	0,00
Casa Museu Chança	29.005,93	29.005,93		0,00
Sinalização do Património Rural do Concelho de Alter do Chão	44.382,61	35.101,21	9.281,40	0,00
Reabilitação do Mercado Municipal de Alter do Chão	84.000,00	79.653,80		4.346,20
EQUUSTUR	39.715,94	39.715,94		0,00
Total	4.769.529,21	4.218.438,56	473.792,96	77.297,69

A 29 de março de 2016 estava registada toda a receita constante da coluna “A receber” do quadro anterior, exceto os quatro valores em itálico, por não serem considerados nas respetivas candidaturas, ou seja, todas as candidaturas do município no âmbito do QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional, quadro estratégico comunitário 2007-2013 - estão encerradas.

No âmbito do novo quadro comunitário Portugal 2020 – (2014 – 2020) foi submetida apenas uma candidatura, “Elaboração de Cadastro de Infraestruturas de AA e SAR”, trata-se de um projeto intermunicipal cujo promotor é a CIMAA. Foi submetido ao programa POSEUR, prioridade de investimento 6.2 e o valor é €1.069.610,00 para os municípios intervenientes.



8 – Empréstimos

Quadro 28 – Empréstimos

Designação	Valor Utilizado	Dívida em 01/01/2015	Amortizações	Dívida em 31/12/2015	Juros	Total de Encargos	Anos Contra tuais	Anos Decorr idos	Anos que Faltam
Habituação Social (8 fogos)	160.892,25	80.993,35	7.627,34	73.366,01	188,75	7.816,09	25	17	8
Habituação Social (5 fogos)	59.471,68	28.784,54	3.861,48	24.923,06	56,00	3.917,48	27,6	17	10,6
Habituação Social (24 fogos)	434.582,90	234.835,49	19.764,37	215.071,12	1.424,24	21.188,61	25	14	11
Prolongamento/Beneficiação Rede de Esgotos e Águas Pluviais NE	38.237,69	6.337,24	2.858,73	3.478,51	32,81	2.891,54	15	14	1
Beneficiação/Recuperação da Casa do Álamo incluindo Jardins em Alter do Chão	87.809,98	14.552,91	6.564,85	7.988,06	58,12	6.622,97	15	14	1
Obras de Beneficiação da E.M. 534 (Coudelaria – Aldeia da Mata)	92.110,27	15.265,67	6.886,35	8.379,32	60,96	6.947,31	15	14	1
Infraestruturas do Campo da Feira em Alter do Chão – Arruamentos	95.646,26	15.851,67	7.150,71	8.700,96	63,30	7.214,01	15	14	1
Infraestruturas da Zona Industrial de Alter do Chão	48.022,97	7.958,98	3.590,29	4.368,69	31,79	3.622,08	15	14	1
Beneficiação de Zonas Expectantes do Aglomerado de Chança	70.943,39	12.706,71	5.112,59	7.594,12	45,26	5.157,85	15	14	1
4 Fogos (Antigo Lavadouro)	89.851,12	67.071,40	4.769,14	62.302,26	250,77	5.019,91	25	11	14
6 Fogos (Horta das Furnas)	120.063,67	89.322,98	4.772,57	84.550,41	243,66	5.016,23	25	11	14
Fundo de Solidariedade da União Europeia	113.924,75	54.485,75	9.906,50	44.579,25	0,00	9.906,50	15	11	4
Pólo da U. Évora; Remodulação do Marco Geodésico e Zona envolvente de Alter Pedroso; Jardim Público da Cunheira	586.489,00	366.555,64	48.874,08	317.681,56	1.163,75	50.037,83	15	9	6
Edifício da Câmara; Piscina Descoberta; Arruamentos em Chança e Arruamentos em Alter	600.000,00	385.011,81	42.092,68	342.919,13	1.517,03	43.609,71	15	5	10
Total	2.598.045,93	1.379.734,14	173.831,68	1.205.902,46	5.136,44	178.968,12			

No que respeita aos empréstimos temos a apontar que de há cinco anos a esta parte que não é contratado qualquer empréstimo seja de curto ou de médio/longo prazo.

O valor dos encargos anuais com os empréstimos representa apenas 14,85% do capital em dívida, para o que contribui a contínua descida das taxas de juro.

Pela observação do mapa concluímos também que seis dos empréstimos contratados ficarão totalmente amortizados em 2016.



9 – Dívida

Os limites de endividamento/dívida total têm vindo a ser sucessivamente modificados. A última alteração foi trazida pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).

O limite da dívida total para cada município, a partir de 2014, passou a ser apurado do seguinte modo:

A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, da respetiva lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, conforme estipulado no n.º1 do artigo 52.º da Lei acima mencionada.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Sempre que um município cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Quadro 29 – Limite da dívida

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				MÉDIA Últimos 3 anos	LIMITE (1,5) Lei das Finanças locais
2012	2013	2014	Total		
4.247.874,84 €	4.147.353,19 €	5.060.442,00 €	13.455.670,03 €	4.485.223,34 €	6.727.835,02 €

O limite da dívida total do Município de Alter do Chão é € 6.727.835,02, mais € 452.584,02 do que no ano de 2014.

Quadro 30 – Dívida total da autarquia

Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição	Dívida total	Dívida total excluindo não orçamentais e FAM	Montante em excesso	Margem absoluta	Margem utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
6.727.835,02 €	01/01/2015						
	2.198.362,00 €	4.658,00 €	2.203.020,00 €	1.998.942,00 €	0,00 €	4.728.893,02 €	945.778,60 €
	31/12/2015						
	2.670.033,00 €	1.482,00 €	2.671.515,00 €	2.213.378,00 €	0,00 €	4.514.457,02 €	902.891,40 €
Variação da dívida				10,73%			
Margem utilizada							214.436,00 €
Margem disponível							731.342,60 €

A 31 de dezembro de 2015 o valor da dívida do Município era €2.213.378,00, mais € 118.596,44 do que no ano anterior, o que ficou a dever-se, em grande parte, ao registo do Acordo de Pagamento da dívida às Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Ainda assim o valor encontra-se bastante abaixo do limite estipulado pela lei.

Embora a dívida total tenha aumentado, os valores estão dentro dos parâmetros legais.



10 – Balanço

Quadro 31 – Balanço

Designação	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo						
Imobilizado	40.046.836,19	96,39	40.724.865,95	96,28	-678.029,76	-1,7%
Existências	74.366,78	0,18	71.736,42	0,17	2.630,36	3,7%
Dívidas de Terceiros	769.639,44	1,85	1.033.106,46	2,44	-263.467,02	-25,5%
Disponibilidades	547.576,97	1,32	375.488,20	0,89	172.088,77	45,8%
Acréscimos e Diferimento	109.332,74	0,26	91.564,32	0,22	17.768,42	19,4%
Total do Ativo	41.547.752,12	100,00	42.296.761,35	100,00	-749.009,23	-1,8%
Fundos Próprios						
Património	32.514.289,76	115,14	32.513.663,06	111,41	626,70	0,0%
Ajustamentos de partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Reservas	-4.145,24	-0,01	-6.311,24	-0,02	2.166,00	-34,3%
Resultados transitados	-4.057.284,67	-14,37	-2.203.830,47	-7,55	-1.853.454,20	84,1%
Resultado Líquido do Exercício	-215.022,42	-0,76	-1.119.724,16	-3,84	904.701,74	-80,8%
Total dos Fundos Próprios	28.237.837,43	100,00	29.183.797,19	100,00	-945.959,76	-3,2%
Passivo						
Provisões para riscos e encargos	20.555,69	0,15	20.555,69	0,16	0,00	0,0%
Dívidas médio/longo prazo	1.402.168,76	10,53	1.444.002,55	11,01	-41.833,79	-2,9%
Dívidas curto prazo	1.257.818,21	9,45	756.164,45	5,77	501.653,76	66,3%
Acréscimos e diferimentos	10.629.372,03	79,86	10.892.241,47	83,06	-262.869,44	-2,4%
Total	13.309.914,69	100,00	13.112.964,16	100,00	196.950,53	1,5%

Ao nível das existências verifica-se um pequeno aumento de 3,7%, todo ele em matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

No que respeita às dívidas de terceiros regista-se uma redução considerável da mesma, -25,5%. Esta redução é explicada pelo registo em 2014 dos valores a receber relativamente às candidaturas do QREN, cerca de €300.000,00, e o facto de a quase totalidade dessa verba ter sido recebida em 2015.

As disponibilidades do município aumentaram 45,8%, o que acaba por ter alguma justificação no facto de o investimento estar a ser programado considerando o aproveitamento do quadro comunitário Portugal 2020.

A diminuição das dívidas a médio e longo prazo resulta da redução registada na Dívida a Instituições de Crédito e na dívida a Fornecedores de Imobilizado na componente de Leasing. Deve ainda ser apontado que se encontra enquadrado neste valor o montante de € 227.365,00 relativos ao FAM a pagar até 2021, Dívida esta imposta pelo Estado. A dívida a médio e longo prazo seria de € 1.174.803,76, ou seja, menos 23% do que em 2014.

Nas “Dívidas a Curto Prazo” ocorreu um aumento de 66,3%, resultado de aumento de dívida a fornecedores, a qual reflete o registo das faturas de compra de água constantes do acordo de pagamento, anteriormente mencionado, e que atinge cerca de € 689.000,00.

**11 – Demonstração de Resultados****Quadro 32 – Demonstração de Resultados**

Designação	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas						
CMVMC	392.953,39	6,02	334.123,38	4,67	58.830,01	17,61
Fornecimentos e Serviços	1.255.484,62	19,24	1.240.520,98	17,33	14.963,64	1,21
Remunerações	2.005.166,35	30,73	2.060.485,53	28,79	-55.319,18	-2,68
Encargos Sociais	544.820,76	8,35	615.916,65	8,60	-71.095,89	-11,54
Transf.Sub.correntes conc.	336.651,46	5,16	451.965,87	6,31	-115.314,41	-25,51
Amortizações do exercício	1.559.227,20	23,90	1.647.994,95	23,02	-88.767,75	-5,39
Provisões do exercício	542,72	0,01	11.116,24	0,16	-10.573,52	-95,12
Outros custos e perdas	44.305,48	0,68	40.911,58	0,57	3.393,90	8,30
Custos e perdas operacionais (A)	6.139.151,98	92,96	6.403.035,18	89,46	-263.883,20	-4,12
Custos e perdas financeiros (C)	150.176,92	2,30	244.726,94	3,42	-94.550,02	-38,63
Custos e perdas extraordinárias (E)	235.937,81	3,62	510.012,58	7,13	-274.074,77	-53,74
Total de Custos e Perdas	6.525.266,71	100,00	7.157.774,70	100,00	-632.507,99	-8,84
Proveitos Operacionais						
Venda de mercadorias	4.912,23	0,08	4.799,51	0,08	112,72	2,35
Venda de produtos	201.976,61	3,20	177.054,77	2,93	24.921,84	14,08
Prestações de serviços	350.323,07	5,55	229.022,00	3,79	121.301,07	52,96
Impostos e taxas	384.113,19	6,09	472.437,20	7,82	-88.324,01	-18,70
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveitos suplementares	367.288,22	5,82	391.309,95	6,48	-24.021,73	-6,14
Transferências e subsídios	4.287.859,80	67,95	4.219.400,46	69,88	68.459,34	1,62
Outros Proveitos Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveitos e ganhos operacionais (B)	5.596.473,12	88,69	5.494.023,89	90,99	102.449,23	1,86
Proveitos e ganhos financeiros (D)	4.415,28	0,07	13.098,17	0,22	-8.682,89	-66,29
Proveitos e ganhos extraordinários (F)	709.355,89	11,24	530.928,48	8,79	178.427,41	33,61
Total de Proveitos e Ganhos	6.310.244,29	100,00	6.038.050,54	100,00	272.193,75	4,51
Resultados						
Resultados Operacionais (B)-(A)	-542.678,86	-8,60	-909.011,29	-15,05	366.332,43	-40,30
Resultados Financeiros (D)-(C)	-145.761,64	-2,31	-231.628,77	-3,84	85.867,13	-37,07
Resultados Correntes (B+D)-(A+C)	-688.440,50	-10,91	-1.140.640,06	-18,89	452.199,56	-39,64
Resultado Líquido do Exercício (B+D+F)-(A+C+E)	-215.022,42	-3,41	-1.119.724,16	-18,54	904.701,74	-80,80

Os custos e perdas do exercício foram de €6.525.266,71, ou seja, menos €632.507,99 relativamente ao ano anterior.

Esta redução pode ser justificada pela diminuição de várias componentes dos custos, como seja, 25,5% nas transferências e subsídios correntes, 11,5% nos encargos sociais, 95% nas provisões do exercício e 53,7% nos custos extraordinários (dividas incobráveis, multas e penalidades).

Analisando a estrutura dos custos do município verificamos que a rubrica com maior peso é a de remunerações com 30,7%, seguido pelas amortizações do exercício com 23,9%.

No que respeita aos Proveitos, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, a rubrica com maior expressão é a das Transferências e Subsídios Obtidos com 67,9%, e o valor mais expressivo incluído nesta componente corresponde às transferências do Estado.



A venda de produtos regista um aumento de 14% relativamente a 2014, o que fica a dever-se ao aumento do tarifário da água e alteração da estrutura do tarifário e consequente aumento desta receita.

O mesmo se passa com as prestações de serviços que apresentam um aumento de 52,9% em relação ao ano anterior e representa a repercussão do aumento do tarifário do saneamento e da recolha de resíduos.

Os Impostos e Taxas registaram uma quebra de 18% que está diretamente relacionada com o facto de não ter sido recebida qualquer receita de IMT.

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram um aumento de 33,6%, o que fica a dever-se ao reconhecimento dos capitais próprios positivos das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, anulando a provisão anteriormente constituída.

A estrutura de resultados da autarquia regista uma melhoria considerável relativamente ao ano anterior. Os resultados operacionais, embora negativos, registam uma melhoria de 40%, os resultados correntes registam uma melhoria de 39% em relação a 2014 e, por último, o resultado líquido, embora ainda negativo, regista uma melhoria de 80,8% quando comparado com 2014.

12 – Proposta para aplicação do resultado líquido do exercício

O Resultado Líquido do Exercício foi negativo e atingiu o montante de (€215.022,42). Conforme estabelece o ponto 2.7.3.2 do POCAL, este valor será transferido para a conta 59 “Resultados Transitados”.

Não haverá lugar a constituição de reservas.